

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Sem ‘golden share’, Bolsonaro assina projeto para privatizar Eletrobras	2
Título: MP acaba com exclusividade da Casa da Moeda.....	4
Título: TCU aponta nove riscos no processo de desestatização	5
Título: Reduzindo a confusão no setor elétrico	6
Título: Leilão divide ex-diretores da ANP	9
Título: Megaleilão testa confiança do investidor na Petrobras	11
Título: Após compra da TAG, Engie lucra R\$ 742,7 milhões	13
Título: Distribuidoras querem antecipar fim dos contratos com usinas a óleo	14
Título: Acordo sobre hidrelétrica de Itaipu deve sair neste mês	16
Título: Vale sabia do risco em Brumadinho, diz ANM.....	17
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	19
Título: Bolsonaro envia para o Congresso projeto de lei que privatiza Eletrobras	19
Título: Mercado teme pressão sobre Petrobras	21
Título: Projeto proíbe socorro a Estados e municípios	22
Título: A queda do dólar.....	23
Título: IPO de menor porte entra no radar do mercado.....	24
Título: Ibama deixou de acionar grupo que rastreou óleo	26
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	28
Título: Projeto prevê governo sem poder de veto na Eletrobras	28
Título: Petróleo terá novo leilão se houver encalhe.....	28
Título: O pior por vir.....	30
Título: Pacto empodera TCU e prevê criação de conselho para monitorar gastos	31

Título: No rastro do óleo	34
Título: Óleo chega a Mucuri, no sul da BA, e fica mais perto do Sudeste.....	35
VEÍCULO: O Globo.....	37
Título: Privatização da Eletrobrás chega à Câmara	37
Título: Hotéis de luxo recebem executivos do petróleo com serviços sob medida.....	39
Título: Ações na Justiça Federal tentam impedir realização dos certames	40
Título: Pacote vai distribuir R\$ 400 bi entre estados e municípios.....	41
Título: As boas ideias e sua viabilidade	44
Título: Plano de proteção a manguezais é enfraquecido.....	45
Título: Litoral vulnerável à desastres	46
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	48
Título: União abre mão de ação especial.....	48

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/11/2019

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt e Daniel Rittner — De Brasília

Título: Sem 'golden share', Bolsonaro assina projeto para privatizar Eletrobras

Proposta tem a promessa de destinar R\$ 3,5 bilhões em dez anos para a revitalização do rio São Francisco

Sem “golden share” e com a promessa de destinar R\$ 3,5 bilhões em dez anos para a revitalização do rio São Francisco, o presidente Jair Bolsonaro assinou ontem o aguardado projeto de lei que autoriza a privatização da Eletrobras. **O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque,** entregou a proposta ao Congresso e deu o segundo semestre de 2020 como estimativa para concluir a tramitação.

Além da ausência de uma ação de classe especial para o Estado e de menos recursos para o São Francisco, há outras mudanças em relação ao projeto do

governo Temer, que chegou à Câmara no início de 2018 e jamais foi levado para votação. Uma das alterações envolve a divisão dos recursos angariados com a capitalização da empresa.

O aspecto prioritário do novo PL, segundo Albuquerque, é a revogação do dispositivo que impede a Eletrobras de ser incluída no Programa Nacional de Desestatização (PND). Em seguida, a proposta prevê uma chamada de capital da qual a União se absterá de participar, diluindo sua participação e cedendo o controle para acionistas privados. O direito a voto de todos os acionistas - inclusive a União - ficará limitado a 10% do capital e a empresa será transformada em uma corporação.

Com o caixa reforçado, a “nova” Eletrobras deverá aceitar os termos de uma mudança no regime contratual de suas usinas hidrelétricas, o que aumentará o preço do megawatt-hora recebido pela companhia e permitirá a venda de energia no mercado livre. Isso poderá render R\$ 16,2 bilhões em pagamento de outorga ao Tesouro.

A cifra não está no PL, mas consta da proposta orçamentária para 2020. Ela equivaleria a dois terços da operação total. O terço restante - R\$ 8,1 bilhões - iria para atenuar os gastos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), fundo responsável pelos subsídios do setor elétrico, com um alívio potencial nas tarifas de energia. Esse aporte ocorreria em parcelas anuais ao longo de todo o contrato de concessão das usinas.

No projeto de Temer, haveria divisão em três partes iguais: como outorga para a União, para o caixa da Eletrobras e para a CDE. A proposta anterior ainda manteria uma “golden share” com a União e previa R\$ 9 bilhões para ações na bacia do São Francisco - R\$ 350 milhões anuais nos primeiros 15 anos de concessão das usinas e R\$ 250 milhões nos 15 anos restantes de contrato.

Algumas reações no Congresso já mostram o grau de dificuldade que o governo enfrentará. O líder do MDB no Senado, Eduardo Braga (AM), disse que apresentará uma emenda com “travas de segurança” à privatização: a volta da “golden share” e a criação de um conselho para discutir temas de “segurança nacional” nas privatizações.

O deputado Danilo Cabral (PSB-PE), coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Chesf, afirmou que não basta fazer ajustes no texto do governo. “Não é matéria fria para o cidadão comum. Do ponto de vista dos atores econômicos, o setor produtivo demonstra preocupação. E existe resistência em parte expressiva dos Estados”.

Para ele, o rio São Francisco é o “principal ativo” para uma estratégia de desenvolvimento do Nordeste e não se pode “entregar as chaves da caixa d’água” para uma empresa privada. Cabral deve apresentar hoje um requerimento, em comissão da Câmara, para que o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) façam estudos sobre a precificação da Eletrobras e o impacto tarifário de uma mudança no regime contratual das usinas.

Albuquerque ressaltou que há disposição do governo para negociar o texto enviado. “Estamos em diálogo aberto e permanente. O Congresso tem total autonomia”, disse ontem. **(Colaboraram Renan Truffi, Vandson Lima, Fabio Murakawa e Murillo Camarotto)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/11/2019

Seção: Brasil

Autor: Fabio Murakawa, Matheus Schuch, Daniel Rittner e Murillo Camarotto
— De São Paulo

Título: MP acaba com exclusividade da Casa da Moeda

Conjunto de sete medidas inclui autorização para privatização da Eletrobras

O presidente Jair Bolsonaro editou ontem uma medida provisória que tira a exclusividade da Casa da Moeda para a fabricação de papel moeda, moedas metálicas, cadernetas para passaporte e selos postais.

O documento foi assinado em um bloco de sete medidas encaminhadas pelo presidente, dentre elas a privatização da Eletrobras. As assinaturas aconteceram durante a solenidade em comemoração aos 300 dias do governo Bolsonaro, no Palácio do Planalto.

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Jorge Oliveira, afirmou que o fim da exclusividade da Casa da Moeda para a fabricação de papel utilizado em passaportes vai gerar uma redução no preço do documento.

Oliveira não soube precisar o percentual de redução e o prazo para aplicação prática.

Segundo o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, a retirada de exclusividade da Casa da Moeda não exclui o plano do governo de privatizar o órgão. O assunto está sendo discutido no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).

Onyx disse ainda, no evento no Planalto, que a promulgação da reforma da Previdência deve acontecer na próxima semana. Segundo ele, o Palácio do Planalto está conversando com os presidentes da Câmara e do Senado para definir a melhor data.

“Falta apenas um ajuste de agenda. O presidente voltou na terça-feira. Vamos combinar com Davi [Alcolumbre] e com o Rodrigo [Maia] para fazer o ato com as três autoridades juntas. Vamos encontrar uma data na próxima semana”, disse Onyx.

Em seu discurso na cerimônia dos 300 dias de mandato, Bolsonaro afirmou que o mundo está recuperando a confiança no Brasil graças ao seu governo, citando investimentos prometidos pela Arábia Saudita em sua recente viagem à Ásia e ao Oriente Médio.

“Na Arábia Saudita, o príncipe herdeiro disse que nós não voltaríamos de mãos abanando para o Brasil. Já tinha investido mais de US\$ 200 bilhões, e nada para a América Latina”, afirmou. “E voltamos com US\$ 10 bilhões.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/11/2019

Seção: Brasil

Autor: Murillo Camarotto — De Brasília

Título: TCU aponta nove riscos no processo de desestatização

Relatório afirma que problemas identificados “requerem tratamento das instituições do governo federal”

O Tribunal de Contas da União (TCU) apontou pelo menos nove riscos relacionados ao processo de desestatização da Eletrobras, autorizado ontem pelo presidente Jair Bolsonaro. O relatório técnico do órgão de controle, que será submetido hoje ao plenário, afirma que os problemas identificados “requerem tratamento das instituições do governo federal”, independentemente da privatização da companhia.

Os técnicos do tribunal analisaram a situação da holding da Eletrobras e das quatro principais subsidiárias: Chesf, Eletronorte, Furnas e Eletrosul. Entre os principais riscos identificados no parecer, estão a baixa rentabilidade dos investimentos, as dificuldades de liquidez, os prejuízos com a usina nuclear de Angra 3 e as perdas por fraude e corrupção.

Os auditores afirmaram no relatório, obtido pelo **Valor**, que a privatização da companhia terá o efeito de mitigar uma boa parte dos riscos apontados no relatório, especialmente aqueles relacionados à ingerência política na Eletrobras. Acreditam, no entanto, que o processo de desestatização deve sanar algumas dúvidas importantes.

Uma delas é se o capital privado atualmente disponível no país é suficiente para sustentar os investimentos necessários para o setor elétrico. O TCU também defende o estabelecimento de remuneração compatível com as atividades desempenhadas pela Eletrobras “em temas de interesse público que historicamente estão alocados à estatal”.

O tribunal tem dúvidas sobre o tratamento que será dado ao Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel), cujo orçamento é quase todo dependente das empresas controladas pela Eletrobras. Ainda permanecem questões referentes ao tratamento que será dado à Eletronuclear e à Itaipu.

“O contexto empresarial da Eletrobras inspira atenção de seu controlador e sobretudo da sociedade, tendo em vista os desafios existentes para a sustentabilidade econômico-financeira do conglomerado, o que, dado o seu papel de importância para o setor elétrico, pode repercutir na prestação dos serviços de energia elétrica em todo o país”, alerta o relatório do TCU.

Os auditores recomendaram ao ministro relator do caso, Aroldo Cedraz, uma determinação para que o **Ministério de Minas e Energia (MME)** faça os esclarecimentos no próprio projeto de privatização da Eletrobras que será apresentado ao tribunal de contas. O plenário decide hoje se acata ou não à sugestão da área técnica.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/11/2019

Seção: Opinião

Autor: Roberto Kishinami

Título: Reduzindo a confusão no setor elétrico

A Consulta Pública 25/2019 da Aneel sobre a geração distribuída, lançada em 18 de outubro, está gerando um debate acalorado. O foco das atenções está na taxa progressiva das novas instalações fotovoltaicas proposta pela agência, começando pelas remotas, localizadas em endereço diferente das unidades consumidoras, e alcançando em algum momento, toda geração distribuída.

Pela grande importância da geração fotovoltaica distribuída para a construção de um setor elétrico carbono neutro, esse debate tem enorme influência na transição energética brasileira. Essa transição tem de lidar com os atuais

subsídios dados aos combustíveis fósseis que, além daqueles bancados pelos brasileiros via impostos, oneram as contas de eletricidades dos consumidores residenciais. Esses subsídios escondem-se nos chamados “Encargos Setoriais”, cujo maior é a CDE - Contribuição ao Desenvolvimento Energético, miscelânea de transferências e incentivos que somam R\$ 20 bilhões em 2019.

Caminho mais curto, de usar o remendo tarifário, nos coloca mais longe de solução justa e equilibrada

O pano de fundo do debate aberto pela Aneel, e que vem desde 2015, é a natureza regressiva do atual modelo de tarifação de energia elétrica. Explicando: toda vez que um consumidor reduz a sua conta de eletricidade por autogerar parte de seu consumo de eletricidade, ele deixa de pagar não só a parcela de energia de sua conta, mas também aquela que se destina à operação, manutenção e expansão da rede de energia elétrica. A bem da verdade, isso não é exclusividade do micro ou mini gerador com painéis fotovoltaicos. Os grandes consumidores que se tornam “livres” ao escolherem seu supridor de energia, também têm descontos nas tarifas de transmissão e distribuição, além dos encargos.

É justo não pagar pela energia que não se consome, mas não nos parece correto deixar de pagar pela disponibilidade da rede de energia elétrica. Em primeiro lugar, porque um autogerador com painel fotovoltaico usa a rede, tanto para injetar o excedente de sua produção como para consumir dessa mesma rede nos momentos nos quais não gera o suficiente. Mas em segundo lugar, e talvez mais importante, porque essa conta não paga é transferida para todos os demais consumidores da rede elétrica. É um processo regressivo: no limite, os mais pobres, que não conseguem instalar painéis fotovoltaicos e muito menos ficarem “livres”, pagam para os mais ricos pelo uso da rede de energia elétrica.

Isso significa, então, que a Aneel está certa ao propor a taxa? Não. Ela falha ao não colocar na mesma balança os subsídios que são dados a consumidores “livres” e outros, de maior porte, ou ainda às fontes fósseis, como o carvão nacional e óleo diesel e combustível em sistemas isolados. Ela pode usar o argumento da preguiça: isso significaria rever toda estrutura tarifária, não só a afeta à Resolução 482/2012. Verdade. Mas essa é uma situação em que o caminho mais curto, de usar um remendo tarifário nos coloca mais longe de uma solução equilibrada e justa. Além do que, com a cobrança de uma taxa paga pelos geradores distribuídos, a título de disponibilidade da rede, nunca saberíamos se tal disponibilidade não estaria sendo cobrada mais de uma vez.

Isso porque, no Brasil, as tarifas de energia elétrica não são calculadas de modo a distinguir os dois serviços prestados pela rede elétrica: o serviço de conexão física entre produtores e consumidores de energia elétrica e, outro, de

comercialização de energia elétrica de quem produz para quem consome. Esses dois serviços estiveram historicamente compostos, porque o sistema elétrico era, ao início, unidimensional: de um lado os geradores hidrelétricos e, na outra ponta, os consumidores. Esse sistema, entretanto, já não é assim.

As novas tecnologias como os painéis fotovoltaicos, as baterias, os aerogeradores - bem como geradores a diesel ou gás, ligados nos horários de energia mais cara para os consumidores de maior porte - fazem com que, cada vez mais, a comercialização de energia elétrica não seja monopólio de quem detém a infraestrutura. Além de consumidores de maior porte já escolhem de quem comprar a energia elétrica, pagando menos, uma parte crescente da energia que circula é gerada dentro da rede das concessionárias.

Qual a solução para essa situação? Simples: separar a conta em duas. Uma, para cobrir os custos com a operação, manutenção e expansão da rede elétrica. Essa primeira conta pagaria pela infraestrutura de uma rede segura, confiável e sempre disponível. A segunda conta pagaria (ou não) pela energia que consumimos das hidrelétricas, térmicas, aerogeradores, fazendas solares e outros. Idealmente, essas duas contas devem vir de empresas distintas por uma razão simples: a primeira é um monopólio natural (infraestrutura), enquanto a segunda é, crescentemente, parte de um mercado concorrencial.

A Aneel analisou a TUSD (tarifa de uso do sistema de distribuição), para calcular o valor da taxa, que propõe, sobre os sistemas fotovoltaicos. Essa análise de impacto regulatório é a melhor via para fazer essa separação? Não. O problema com a TUSD é que ela sempre foi calculada em função do volume de energia que passa pela rede elétrica. Ela é um valor em R\$/kWh.

Mas por que esse valor da TUSD não é referência? Porque o custo da conexão à rede elétrica não tem relação com o custo da energia que flui através dessa conexão. O principal custo de conexão é do capital investido na manutenção e expansão da rede existente. Essa rede física é dimensionada em função do fluxo máximo de energia elétrica que os consumidores demandam. A cada nova ligação, considera-se a carga elétrica que cada tipo de consumidor traz à rede. Quanto maior a carga típica, maior o investimento necessário para atendê-lo. A partir disso, o custo desse investimento é fixo. Não importa quanta energia passa pela conexão. A conexão, portanto, deve ser uma taxa fixa paga pelos consumidores.

Essa distinção é também importante para outra medida em análise pela Aneel: a chamada tarifa binária. Por economia, os dois processos devem convergir para a separação dos custos de infraestrutura dos custos de comercialização de energia.

Roberto Kishinami é físico, especialista em energia e coordenador no Instituto Clima e Sociedade.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/11/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Leilão divide ex-diretores da ANP

O leilão dos excedentes da cessão onerosa marca, hoje, uma “virada de página” na história do setor de óleo e gás, ao permitir o acerto de contas entre a Petrobras e a União sobre a revisão do contrato da cessão onerosa - uma novela que se estendeu ao longo de cinco anos e garantirá à estatal, ao fim, R\$ 34 bilhões da arrecadação da licitação. O diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Décio Oddone, destaca que a rodada consolida a retomada da indústria petrolífera no país.

“O leilão dos excedentes é a medida mais importante, de maior impacto e de implementação mais complexa adotada no processo de retomada da indústria de petróleo e gás no país. É emblemático, representa o ingresso do Brasil, em grande estilo, na primeira divisão do mercado mundial de petróleo”, disse.

A cessão onerosa e o leilão dos excedentes (volumes descobertos que ultrapassam os 5 bilhões que a Petrobras tem o direito de produzir no pré-sal, como parte de sua capitalização, em 2010), no entanto, dividem opiniões entre os ex-comandantes da ANP - grupo que inclui de liberais a nacionalistas.

Primeiro diretor-geral da agência, David Zylbersztajn acredita que a licitação deve impulsionar as contratações de bens e serviços e gerar empregos no país, nos próximos anos, além de consolidar o Brasil como grande exportador de petróleo e gerar divisas para o país. Responsável pela montagem dos primeiros leilões da ANP, Zylbersztajn, contudo, destaca que todo o potencial da rodada de hoje não será suficiente para compensar as perdas geradas pela decisão do governo PT de suspender, por cinco anos, o calendário de licitações e cancelar a 8ª Rodada, de 2006, que ofertou áreas com potencial para pré-sal.

“O leilão é importante pelos seus valores, mas o potencial de arrecadação é troco em relação ao que deixou de ser gerado por questões demagógicas. É irrecuperável. Deixamos de aproveitar o melhor momento da indústria, quando não havia o ‘shale gas’ e os EUA eram dependentes de importações, quando

havia liquidez no mercado internacional e preços do barril estavam acima de US\$ 100. Foi um tempo perdido”, opina.

Diretor-geral da ANP na época em que o contrato da cessão onerosa foi assinado, Haroldo Lima defende o mecanismo que permitiu à estatal fazer “a maior capitalização do mundo”, de R\$ 120 bilhões, em 2010. “A cessão onerosa foi fundamental para fortalecer a Petrobras para os desafios de desenvolver o pré-sal. Tornou a Petrobras uma das empresas com maiores reservas no mundo”, afirma Lima, que critica a opção do governo por elevar os bônus, em detrimento de baixos percentuais de óleo destinados à União - que garantem receitas de longo prazo.

Magda Chambriard também acredita que a Petrobras saiu ganhando ao fim da revisão do contrato da cessão onerosa. “O que ela vai receber da União [US\$ 9 bilhões] é praticamente o que ela tem investido por ano em exploração e produção. Foi uma relação ganha-ganha”, disse, em referência ao que o governo arrecadará com o leilão dos excedentes. “A Petrobras se tornou uma companhia muito maior”, completou.

Magda reconhece que o pré-sal trouxe também ônus à estatal. “A velocidade dos investimentos no desenvolvimento do pré-sal onerou a empresa”, disse ela, que questiona os elementos de incertezas contidos no edital - como a falta de uma definição prévia sobre o valor da compensação devida pelas vencedoras à Petrobras.

A ex-diretora acredita que, sem a figura da Petrobras e do poder público, na época, não teria sido possível desenvolver o pré-sal. E lembra que foi com recursos de pesquisa e desenvolvimento da estatal que foram perfurados os poços que confirmaram as descobertas de Mero e Búzios, dois dos campos do pré-sal mais promissores. “Na ocasião convidei petroleiras privadas para fazer a perfuração e a resposta sistemática delas era: ‘o que ganho com isso?’”, revela.

A rodada ofertará quatro áreas, com volumes já descobertos, por R\$ 106,5 bilhões em bônus. A Petrobras manifestou intenção de adquirir as áreas de Búzios e Itapu e desponta como protagonista da licitação. Até à noite de ontem, haviam ao menos seis ações contra o leilão dos excedentes e a 6ª Rodada de partilha (marcada para amanhã), de acordo com o escritório de advocacia Mattos Filho. Nenhuma liminar havia sido concedida.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 06/11/2019****Seção: Empresas****Autor: Juliana Machado — De São Paulo****Título: Megaleilão testa confiança do investidor na Petrobras**

O megaleilão de excedentes da cessão onerosa vai testar a confiança dos gestores e investidores na Petrobras na bolsa. As incertezas quanto ao interesse de petroleiras estrangeiras no certame e a dúvida sobre o tamanho da participação da própria estatal estimulam uma parte do mercado a adotar uma postura de mais cautela, o que explica a queda recente do preço das ações. De todo modo, é consenso que o leilão tem potencial para reforçar o cenário positivo para a companhia no médio prazo, se mantido o seu compromisso com a eficiência.

Só ontem, a Petrobras registrou baixa de 1,27% na ação ordinária (ON) e de 2,34% na preferencial (PN), conduzindo o próprio Ibovespa ao vermelho, já que a estatal tem, sozinha, 11,4% de participação no índice. Desde o início de outubro, a aproximação do megaleilão fez a PN - papel mais líquido e, no geral, mais operado por investidores locais - cair 2,44%; no mesmo intervalo, a ON cede 0,46%, ligeiramente menos sensível por causa da robusta movimentação do investidor estrangeiro.

“É difícil não ter Petrobras na carteira, olhando a sua atuação”, afirma um gestor com posição nas ações

Uma participação menor das petroleiras estrangeiras no megaleilão poderá provocar uma pressão vendedora adicional nos papéis da Petrobras, porque esse interesse é encarado como um termômetro do sucesso do certame. Segundo um gestor, a entrada de estrangeiros em negócios desse tipo é vista, em geral, como sinal de “validação”. Depois da desistência da francesa Total e da britânica BP, o investidor vai monitorar, portanto, a demanda de companhias chinesas e outras gigantes como ExxonMobil e Shell.

“O mercado está bem cauteloso em relação ao leilão, depois que a Total e a BP afirmaram que não participariam. Isso levanta receio porque o investidor teme um leilão não tão aquecido e disputado. Além disso, um grupo de petroleiros entrou com uma ação popular pedindo a suspensão do leilão. Como o papel da Petrobras já vem de um bom ‘rali’ nesses últimos dias, tem quem prefira ter mais cuidado e embolsar os lucros”, afirma Eduardo Prado, sócio da RJ Investimentos.

Para o caso de o certame registrar uma baixa adesão de petroleiras estrangeiras, a principal preocupação é que a Petrobras aumente a sua fatia nos blocos para garantir o sucesso da licitação. Se a empresa surpreender e demonstrar interesse por percentuais muito elevados, acima de 50% em cada bloco, por exemplo, gestores não descartam uma reação do mercado, já que cresceriam as estimativas de gastos da empresa, compressão do balanço e até mesmo menor distribuição de dividendos.

Esse movimento seria particularmente ruim em um momento em que a companhia persiste em uma trajetória de aumento da produção em conjunto com controle da dívida e venda de ativos. “No caso da adesão estrangeira ser muito baixa, ela [Petrobras] poderá decidir aumentar a sua fatia e essa é uma preocupação justa do investidor, porque faz crescer o capex [investimentos]”, afirma um gestor que preferiu não ser identificado.

Ainda assim, profissionais acreditam que uma eventual pressão nas ações ficaria restrita ao curto prazo, porque dificilmente a Petrobras vai se desviar do seu projeto de ser uma empresa mais eficiente. Além disso, ter a estatal como protagonista do leilão pode não ser algo necessariamente ruim - a empresa já é o grande participante da disputa, ao ter exercido o direito de preferência em duas áreas que serão ofertadas, atuando como operadora com 30% de participação nos blocos de Búzios e Itapu. Ou seja, a Petrobras já detém vantagem competitiva relevante na concorrência com as demais companhias.

Um gestor independente, que prefere não ser identificado, conta que reduziu recentemente a sua exposição à estatal na bolsa, mas não por uma perda de confiança na companhia, e sim porque ela já se valorizou bastante: no ano, a ON sobe 29,3%, enquanto a PN ganha 32,1% - movimento que só não foi mais forte porque, como ação altamente líquida, ela oscilou ao sabor do exterior, marcado pela aversão ao risco ao longo do ano.

Para esse gestor, os papéis continuarão respondendo, no tempo, às oscilações dos preços internacionais do petróleo e aos fundamentos da companhia, que hoje mantém foco em reduzir sua dívida via venda de ativos, corte de custos e aumento da produção.

“É difícil não ter Petrobras na carteira, olhando a sua atuação. Ela e o governo têm uma agenda que nos deixa confortável para investir. Só diminuimos exposição porque começamos o ano com o petróleo a US\$ 40 o barril, e o preço agora está em US\$ 60. Como o preço do papel reflete isso e sobe, a gente reduz posição, para manter a disciplina. Mas 2020 será um novo ano muito bom para a empresa, sem dúvida”, diz. No ano até agora, a valorização do petróleo Brent é de 13,8%.

Embora seja particularmente diferente e maior do que o usual, o megaleilão de excedentes da cessão onerosa faz parte de um processo “altamente rotineiro” no setor de petróleo e gás e há questões mais importantes para os investidores da Petrobras, como a política de preços dos combustíveis, afirma Pavel Molchanov, analista de ações do banco americano Raymond James.

“Para reafirmar um ponto que já dissemos antes: o compromisso declarado do presidente Jair Bolsonaro com a autonomia dos preços na Petrobras parece instável”, reforça ele, que mantém a recomendação equivalente ao neutro para as ações da estatal.

Um outro gestor que também detém uma posição nas ações da Petrobras afirma ter confiança de que a companhia gerida por Roberto Castello Branco “vai continuar entregando bons resultados”, fruto de um crescimento do volume de produção e do corte de custos. “Nossa opinião é que o mercado no geral está um pouco pessimista demais com o leilão dos excedentes”, afirma ele. “Não acreditamos que a empresa fará nenhuma loucura.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/11/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Após compra da TAG, Engie lucra R\$ 742,7 milhões

Lucro líquido no terceiro trimestre cresceu 56,2% ante igual período de 2018

Em seu primeiro resultado trimestral que contou com a contribuição da operação da Transportadora Associada de Gás (TAG), adquirida da Petrobras, a Engie Brasil Energia (EBE) reportou lucro líquido de R\$ 742,7 milhões no terceiro trimestre, alta de 56,2% ante igual período de 2018. Na mesma comparação, o Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) aumentou 55,1%, para R\$ 1,581 bilhão, e a receita líquida cresceu 0,2%, totalizando R\$ 2,494 bilhões.

Segundo o diretor-presidente da companhia, Eduardo Sattamini, o resultado foi impactado positivamente por um efeito não recorrente. No período, a EBE executou a garantia contra um prestador de serviço de engenharia pelo atraso na conclusão da termelétrica a carvão de Pampa Sul (RS), de 345 megawatts (MW) de capacidade, no valor de R\$ 321 milhões.

Mesmo desconsiderando esse efeito, porém, o resultado recorrente também veio forte, com crescimento de 25,4% do Ebitda e de 14,4% do lucro. De acordo com o executivo, o desempenho foi impactado pelo início de operação dos

complexos eólicos de Campo Largo 1 (no fim de 2018) e Umburanas (em abril de 2019), ambos na Bahia, e de Pampa Sul, em junho deste ano.

Também contribuiu para o resultado a operação da TAG, cuja aquisição foi concluída em junho. A EBE, junto com sua controladora, a francesa Engie, e o fundo canadense Caisse de Dépôt e Placement du Québec (CDPQ), adquiriu 90% da subsidiária da Petrobras dona de uma rede de 4,5 mil km de gasodutos, por cerca de US\$ 8,5 bilhões. A EBE tem agora 29,25% na transportadora de gás. “A TAG já contribui positivamente neste trimestre”, afirmou Sattamini, ao **Valor**.

Segundo ele, a EBE planeja participar do próximo leilão de linhas de transmissão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), no fim do ano, além de avaliar oportunidades de aquisições de projetos de terceiros já leiloados. “Temos ambição de crescimento na área de transmissão. Estamos olhando tanto as oportunidades de novas linhas, quanto de M&A [fusões e aquisições]”, completou.

O executivo explicou que, mesmo após a compra da TAG, a EBE tem fôlego para investimentos. “Estamos em um nível razoável de cruzeiro. Isso não quer dizer que não vamos assumir uma dívida para fazer um novo empreendimento. Esse espaço que ainda temos é o espaço para podermos trabalhar novos empreendimentos greenfield [do zero]. É uma estrutura ótima de capital, em que temos endividamento, mas ele não pressiona o nosso rating de crédito”. A EBE aprovou ainda o pagamento de R\$ 1,247 bilhão em dividendos intercalares do primeiro semestre (R\$ 893,4 milhões) e juros sobre capital próprio (R\$ 354 milhões).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/11/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Distribuidoras querem antecipar fim dos contratos com usinas a óleo

Sugestão faz parte de um pacote preparado pela Abradee para redução das tarifas de energia

As distribuidoras de energia elétrica elaboraram um conjunto de propostas para reduzir a tarifa de energia em 5% até 2020. O material abarca ainda outras medidas que visam evitar o aumento também de 5% na conta de luz nos próximos anos. Com isso, o grupo de sugestões pode gerar um efeito benéfico ao consumidor final de até 10%.

As propostas, elaboradas pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), foram apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e ao **Ministério de Minas e Energia (MME)**, que, desde do ano passado, adotaram uma agenda de desoneração da tarifa de energia.

Segundo o presidente da Abradee, Marcos Madureira, as sugestões também estão sendo apresentadas no Congresso, nas discussões de projetos de leis que possuem relação com os temas.

De acordo com a Abradee, entre as sugestões no campo da redução tarifária, a medida com maior potencial é a antecipação do encerramento de contratos de compra de energia das distribuidoras com termelétricas a óleo combustível, caras e ineficientes. Pelos cálculos da associação, o fim antecipado desses contratos pode resultar em uma diminuição de cerca de 3% nas tarifas.

O governo já pretende realizar em março de 2020 um leilão para contratar térmicas a gás e carvão, em substituição das usinas a óleo combustível. Essa substituição, porém, está prevista para entrar em vigor apenas a partir de 2024.

Outra proposta, com potencial de redução de 1%, envolve ajustes mais técnicos. São eles a revisão do mecanismo de compensação de energia comprada em um submercado e gerada em outro (cuja exposição é repassada à tarifa) e mudanças nos critérios de sazonalização (distribuição mensal do volume de energia) da garantia física de Itaipu e das hidrelétricas que operam sob o regime de cotas. São dois mecanismos técnicos dos quais as distribuidoras não têm gerência, mas que afetam diretamente a tarifa.

A última medida proposta pela entidade, também com potencial de redução de 1%, é a eliminação da bitributação de PIS e Cofins nas tarifas de energia. Essa eliminação pode ser tratada no âmbito da reforma tributária em trâmite no Congresso.

Com relação às medidas que visam evitar o aumento de 5% nas tarifas, uma já está mais avançada na Aneel. Trata-se da revisão das regras para o uso de sistemas de geração distribuída (GD), como os painéis solares em residências ou em localidades que atendam diretamente o consumidor final. A proposta da agência prevê que os usuários desses sistemas passem a pagar a tarifa de uso do sistema de distribuição (tUSD) relativa a energia injetada na rede. Segundo a Abradee, a revisão das regras evitará aumentos da ordem de 2% na tarifa.

Os demais 3% de aumento evitados poderão vir do ajuste da alocação da contratação de suprimento de energia entre os mercados regulados (das distribuidoras) e livre (aquele em que os consumidores podem escolher de quem comprar energia, a exemplo do setor de telefonia).

De caráter técnico, esse ajuste estaria relacionado à separação da contratação de lastro (capacidade) e energia, mecanismo previsto na reforma do setor elétrico, em elaboração pelo ministério. Segundo Madureira, com a separação, no futuro, o mercado livre terá que pagar pela contratação de lastro, o que atualmente ocorre apenas com as distribuidoras. A contratação futura de lastro, explicou o presidente da Abradee, não pode ser de forma igual, porque as distribuidoras já contratam o lastro. “O mercado regulado já tem lastro contratado”, afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/11/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Acordo sobre hidrelétrica de Itaipu deve sair neste mês

Governos de Brasil e Paraguai esperam chegar a consenso sobre ata bilateral

O Brasil e o Paraguai deverão chegar a um acordo sobre a ata bilateral relativa à contratação de energia de Itaipu até o fim deste mês, prevê o diretor-geral da parte brasileira da hidrelétrica, general Joaquim Silva e Luna. O documento trata da contratação de energia da usina pelos dois países em 2019 e estabelece novos volumes para os anos seguintes. A demora em um consenso afeta o faturamento da segunda maior hidrelétrica do planeta, de 14 mil megawatts (MW) de capacidade, atrás apenas da usina de Três Gargantas, na China, de 22 mil MW.

“Está sendo negociado. Não há impasse. Logicamente uma negociação é um avanço paulatino. A expectativa é que antes mesmo do final deste mês se chegue a um entendimento”, afirmou Silva e Luna em entrevista ao **Valor**.

Segundo o general, o acordo voltou a ser negociado em nível técnico, entre a Eletrobras e a Administración Nacional de Electricidad (Ande). As duas partes negociam novas bases para a ata bilateral.

A ideia é que cada parte informe adequadamente o volume de energia que pretende utilizar da usina por ano e pague o valor correto por isso. Hoje, sem um contrato em vigor, a Ande declara uma necessidade de energia de Itaipu

inferior ao necessário e completa sua demanda com a energia produzida pela hidrelétrica, cujo custo é mais baixo.

Até que as partes cheguem a um acordo, Eletrobras e Ande pagam a Itaipu o valor que julgam ser adequado ao volume de energia que entendem necessitar da hidrelétrica. Com isso, existe um volume de energia controverso referente à usina que não está sendo faturado.

Um acordo estava sendo negociado em meados do ano. Um impasse do lado paraguaio, porém, quase provocou o impeachment do presidente do país, Mario Abdo Benítez, e fez as negociações voltarem ao estágio inicial, tendo sido acionados os ministérios das relações exteriores dos dois países.

Há pouco mais de oito meses à frente da parte brasileira de Itaipu, o general já obteve uma economia de R\$ 600 milhões com sua gestão, cujo objetivo é tornar a hidrelétrica mais enxuta e competitiva.

O ganho de eficiência, destacou o executivo, é importante diante da possibilidade de a energia de Itaipu vir a ser negociada no mercado a partir de 2023, quando termina o pagamento da dívida de construção da hidrelétrica e vence o Anexo C do Tratado de Itaipu, que trata das bases comerciais da energia da usina.

Ele explicou que, a depender do que for decidido na revisão do Anexo C, a energia de Itaipu poderá ser comercializada no mercado. A venda da energia da usina seria feita pela Eletrobras ou pela empresa que suceder a estatal, caso esta seja privada. Hoje a energia de Itaipu é comercializada em cotas para distribuidoras das regiões Sul e Sudeste do país.

“Terminando o pagamento da dívida [de construção de Itaipu, que é agora no início de 2023], a empresa estará em condições de entrar nesse complexo e competitivo mercado de energia elétrica”, afirmou o diretor-geral.

Com relação às negociações de revisão sobre o Anexo C do Tratado de Itaipu, o general contou que a expectativa do lado brasileiro é chegar ao fim de 2021 com todos os estudos já concluídos. Assim, explicou, o governo terá um período confortável para negociar a revisão do anexo até 2023, quando vence o contrato.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/11/2019

Seção: Empresas

Autor: Rafael Bitencourt — De Brasília

Título: Vale sabia do risco em Brumadinho, diz ANM

O relatório final da tragédia na cidade de Brumadinho (MG), produzido pela equipe técnica da Agência Nacional de Mineração (ANM), conclui que a Vale sonegou informações importantes relacionadas ao risco de rompimento da sua barragem de rejeitos, o que acabou ocorrendo no dia 25 de janeiro provocando a morte mais de 250 pessoas.

Para os técnicos da ANM, a mineradora sabia, por exemplo, que havia problemas no sistema de drenagem interna da barragem. Essas informações não foram devidamente repassadas à agência reguladora. Foram constatadas contradições entre as informações prestadas e as detidas pela companhia em seus sistemas internos e nas fichas de inspeção em campo.

A partir das conclusões do relatório, a ANM aplicou 24 novas autuações na Vale. Desde o rompimento da barragem, a mineradora já havia recebido seis autos de infração. Por conta da defasagem de regras de fiscalização do setor, cada uma das sanções resultará na cobrança de multa de R\$ 6,8 mil, que dobrou o valor pelo fato da mineradora ser reincidente.

Além de autuar a Vale, a agência remeteu o relatório técnico de 194 páginas à Polícia Federal, à Controladoria Geral da União (CGU), ao Tribunal de Contas da União (TCU) e ao Ministério Público Federal (MPF). Para a ANM, somente estas instituições serão capazes de afirmar categoricamente ou responsabilizar a mineradora criminalmente no caso de omissão de informações sobre o risco de rompimento da barragem de forma deliberada.

O diretor da ANM, Eduardo Leão, afirmou que a Vale cometeu “negligência muito grave” ao deixar de repassar informações cruciais. Para ele, a indicação que faltou talvez não evitasse o rompimento da estrutura de contenção de rejeitos, mas permitiria poupar as vidas das pessoas atingidas pela lama. A falha da mineradora, segundo ele, se deu em não responder adequadamente o questionário com 21 perguntas que é enviado periodicamente às empresas do setor.

A Vale, de acordo com o relatório, classificou em sua ficha de inspeção o problema com os drenos horizontais da barragem como nível 6 - classificação que vai de zero a dez - no ano passado. No entanto, a companhia informou a ANM a classificação de nível zero - situação totalmente controlada - e, 15 dias depois, o nível 3 - registro de umidade em nível controlado.

A agência informou que a Vale levantou informações que indicaram alto risco no dia 22 de janeiro, três dias antes da tragédia. Essas informações só chegaram à agência depois da lama ter devastado as proximidades da barragem.

Leão ressaltou que, às vezes, as mineradoras deixam de reportar risco em barragens com medo de serem punidas pela fiscalização. Ele relatou que entre 2017 e 2018 oito barragens reportaram alerta de risco e tragédias foram evitadas. Atualmente, 14 barragens no país estão em nível de alerta. Quatro delas estão com o alerta máximo - o que exige o acionamento de sirenes e a remoção de moradores da região - são Forquilha I, Forquilha III (ambas em Outro Preto), Sul Superior (Barão de Cocais) e B3/B4 (Nova Lei).

A Vale comentou, em nota, as informações divulgada ANM. “A Vale informa que vai analisar a íntegra do relatório da Agência Nacional de Mineração e, no momento, não tem como comentar as decisões técnicas tomadas pela equipe de geotécnicos à época”, diz trecho inicial da nota.

“A empresa tinha uma equipe de geotécnicos composta por profissionais altamente experientes e de reconhecida capacitação para tratar de questões referentes à manutenção da barragem B1. Todas as informações disponíveis sobre o histórico do estado de conservação da barragem foram fornecidas às autoridades que apuram o caso.”

A companhia disse que ainda espera por informações complementares de perícias: “A Vale reforça que aguardará a conclusão pericial, técnica e científica sobre as causas da ruptura da barragem. Como maior interessada na apuração dos fatos, a empresa continuará colaborando plenamente com as investigações, assim como prestando total apoio aos atingidos.” **(Colaborou Francisco Góes, do Rio)**

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 06/11/2019

Seção: Economia

Autor: Amanda Pupo / BRASÍLIA

Título: Bolsonaro envia para o Congresso projeto de lei que privatiza Eletrobrás

Energia. União deve manter cerca de 40% do capital depois de processo de capitalização da estatal, mas não terá direito a veto em decisões estratégicas; previsão do **Ministério de Minas e Energia** é que operação de venda aconteça no segundo semestre de 2020

Em evento de comemoração pelos 300 dias de governo, o presidente Jair Bolsonaro assinou ontem projeto de lei que prevê a privatização da Eletrobrás. Pelo texto, que tem de passar agora pelo Congresso, a União ficaria com uma participação de cerca de 40% do capital – perdendo o controle da operação – depois de um processo de capitalização da empresa. A Eletrobrás é a maior companhia do setor elétrico da América Latina, de capital aberto, e tem hoje

como acionista majoritário o governo federal. O governo Temer chegou a enviar uma proposta de privatização da companhia no ano passado, mas o PL não deslanchou.

Segundo o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque

, depois da privatização, o governo não terá também poder de veto na empresa – por meio da chamada golden share (classe especial de ação com poder de veto em decisões estratégicas da companhia. “(Será) sem golden share”, disse Albuquerque. Albuquerque espera que a capitalização aconteça no segundo semestre de 2020. O ministro afirmou, no entanto, que as datas dependem do andamento do PL no Congresso. “O Congresso tem autonomia para conduzir o processo legislativo”, disse ele. Com essa medida, o governo prevê arrecadar pelo menos R\$ 16,2 bilhões, que é valor-piso para a mudança de regime da empresa, correspondente ao pagamento da outorga para a União.

Cotas. Com o projeto, a energia das usinas antigas, hoje no regime de cotas, poderá ser vendida a preços de mercado, retirando o risco hidrológico do consumidor. Esse é o chamado processo de “descotização”. O regime de cotas foi criado em 2013 e estabeleceu que a energia produzida por uma parte das usinas da estatal seria vendida aos consumidores a valores mais baixos que os de mercado. A partir da descotização, a Eletrobrás poderá voltar a vender a energia a preço de mercado. “A Eletrobrás vem reduzindo a participação no nosso setor de energia. Hoje, a empresa tem capacidade de investimento de R\$ 3,4 bilhões”, citou o ministro. “Mas seriam necessários R\$ 14 bilhões para que ela mantivesse participação no mercado.”

A secretária executiva do Ministério de Minas e Energia, Marisete Pereira, aposta em melhora do resultado operacional da empresa depois da capitalização. “Se o mercado tiver apetite e ela (a empresa) conseguir capitalizar R\$ 24 bilhões, ela poderá pagar os R\$ 16,2 bilhões para a União e o resto ficaria no caixa para fazer investimentos e reduzir serviço de dívida”, disse ela. O projeto de lei deve prever ainda que os recursos movimentados a partir da mudança de regime terão de ser destinados à revitalização do rio São Francisco e ao pagamento de encargos com a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), uma espécie de fundo que abriga os recursos para ações e os subsídios no setor de energia.

Casa da Moeda. No mesmo evento em comemoração aos 300 dias de governo, Bolsonaro também assinou medida provisória que quebra o monopólio da Casa da Moeda. Atualmente, a estatal tem monopólio na emissão de papel moeda, moeda metálica, caderneta de passaporte e selos fiscais federais (aqueles que vão em bebidas e cigarros, por exemplo). Com o fim do monopólio, a intenção do governo é que empresas privadas – inclusive estrangeiras – possam

participar de concorrência para prestar estes serviços. “O objetivo é dar mais competitividade e reduzir custos”, disse o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Jorge Oliveira.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 06/11/2019

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes / RIO Cristian Favaro / SÃO PAULO

Título: Mercado teme pressão sobre Petrobrás

Desistência de grandes empresas do megaleilão e urgência do governo em arrecadar podem fazer com que estatal deixe de pagar dívidas

O mercado acendeu um sinal de alerta para o megaleilão de petróleo e gás de hoje. A preocupação é que a desistência de multinacionais – como a britânica BP e a francesa Total –, somada à pressão do governo em arrecadar no curto prazo, sobrecarregue a Petrobrás. O principal temor é que para comprar duas áreas – Búzios e Itapu –, pelas quais já demonstrou interesse, a estatal deixe de pagar dívidas e não consiga atingir a meta financeira do ano que vem. Os dois campos de interesse da Petrobrás custam cerca de R\$ 70 bilhões. Esse valor deve ser completamente pago ao Tesouro até 26 de junho do ano que vem.

Além do bônus de assinatura, quem ganhar também vai ter de compartilhar parte do lucro com a União em forma de petróleo. As demais petroleiras ainda vão indenizar a estatal por investimentos antecipados. Na concorrência de amanhã, a 6.ª Rodada de Partilha, também de áreas do pré-sal, a expectativa é que a Petrobrás mantenha a postura agressiva frente aos concorrentes. O pré-sal da Bacia de Santos está no foco do seu investimento e a tendência é que ela não perca nenhuma oportunidade de estar mais presente na região. Com tanto movimento simultâneo, até mesmo integrantes do governo estão preocupados com o fôlego da estatal e das demais petroleiras para investir no Brasil.

Fontes que acompanham de perto a organização das duas licitações dizem que há receio de que falte cacife. “A Petrobrás pode se sentir tentada a concorrer com apostas elevadas, o que resultaria na empresa fazendo altos desembolsos em bônus de assinatura (materialmente acima dos US\$ 9 bilhões em créditos que possui com o governo). Isso atrapalharia a desalavancagem da empresa, pelo menos no curto prazo”, afirmou em relatório ao mercado o analista do Bradesco BBI, Vicente Falanga.

Desalavancar significa consumir menos caixa com o pagamento de dívidas, que hoje correspondem a duas vezes e meia o que ela gera de dinheiro. A meta é chegar a uma relação de uma vez e meia, nível compatível ao de empresas

saudáveis. Uma forma de reduzir essa conta mais rapidamente seria usando os R\$ 34 bilhões que tem de crédito com a União, fruto de um acerto de contas por áreas adquiridas em 2010. Mas o presidente da companhia, Roberto Castello Branco, informou que vai usar todo esse dinheiro no leilão de hoje e que vai gastar mais um tanto na disputa. Na visão do mercado, essa estratégia pode retardar a recuperação financeira.

A presença da Petrobrás no leilão em si não é alvo do questionamento. O Credit Suisse, por exemplo, avalia que os ganhos superam as perdas e que a estatal é especialmente favorecida, por conta da compensação que vai receber das demais vencedoras. “Na nossa visão, há uma assimetria em favor da Petrobrás”, diz em relatório. Na mesma linha, o Bradesco BBI, aprova a estratégia, mas fixa em US\$ 14 bilhões o limite de gasto para que suas finanças não sejam comprometidas. A capacidade do governo de atrair investidores e transformar o desenho da indústria do petróleo no Brasil é outro critério de avaliação do sucesso das licitações. “Os investidores aguardam para ver o tamanho do apetite dos investidores estrangeiros e qual o tamanho desse mercado para atrair e estimular a concorrência e gerar fôlego no setor”, disse Raphael Figueredo, sócio da Eleven Financial. / COLABOROU NIVIANE MAGALHÃES

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 06/11/2019

Seção: Economia

Autor: L.R., A.F., E.R. e I.T. BRASÍLIA

Título: Projeto proíbe socorro a Estados e municípios

Agraciados com recursos do pré-sal, Estados e municípios terão de enfrentar medidas duras se o projeto enviado ontem pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, for aprovado pelo Congresso Nacional. A União ficará proibida de socorrer governadores e prefeitos e não dará mais aval a empréstimos a partir de 2026. Além disso, todos os bancos públicos estarão proibidos de emprestar para governos regionais, incluindo operações da Caixa e do BNDES. De acordo com dados do governo, a Caixa é responsável por 85% desse tipo de operação.

Fundos, autarquias e fundações também terão a concessão de crédito vetada, com exceção dos fundos constitucionais, como os do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A medida prevê ainda que a União não poderá dar aval a empréstimos desses governos com instituições no Brasil. Estados e municípios poderão contratar financiamentos com instituições privadas, mas, sem a garantia da União, as taxas de juros cobradas são mais altas. O aval do Tesouro funciona como um seguro: se o governador ou prefeito não paga o empréstimo, a União honra a dívida. Sem o aval, o crédito ficará mais caro.

A regra prevista na PEC do pacto federativo impede o governo federal de refinanciar as dívidas dos governos ou mesmo de suspender o pagamento, artifício utilizado pelos Estados em dificuldades nos últimos anos. A ideia é que o aumento de transferência de recursos, como royalties de petróleo e do salário educação, “compensará” essa falta de aval a operações de créditos. “Não faz sentido a união fazer uma mega transferência de recurso e manter essa situação de socorro a Estados”, afirmou o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida. O secretário, no entanto, admitiu que se trata de uma medida “muito dura”. Já prevendo a difícil tramitação no Congresso, Mansueto sinalizou que o governo poderá ceder nesse ponto.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 06/11/2019

Seção: Colunas

Autor: Fábio Alvs

Título: A queda do dólar

A expectativa com o megaleilão de excedentes da cessão onerosa de petróleo e gás na região do pré-sal, marcado para hoje, contribuiu para trazer o dólar de volta abaixo de R\$ 4,00, uma vez que se espera que empresas estrangeiras participem da disputa pelos quatro campos que serão ofertados, resultando num grande ingresso da moeda americana. Na semana passada, o dólar chegou a cair para o patamar de R\$ 3,96, o que não acontecia desde agosto. Caso o leilão da cessão onerosa seja um sucesso, há quem diga que o dólar voltará a ceder no curto prazo, mas apenas levemente, recuando, na melhor das hipóteses, para uma faixa entre R\$ 3,85 e R\$ 3,90. Seria essa apreciação da moeda brasileira apenas um movimento pontual ou o início de uma tendência de alta diante da perspectiva de um novo ciclo de investimentos?

Apesar de setorial, ninguém duvida que o leilão da cessão onerosa poderá ser um importante cartão de visitas do Brasil para o investidor estrangeiro. Se todos os quatro campos de petróleo ofertados no leilão forem vendidos, o governo vai arrecadar R\$ 106 bilhões em bônus de assinaturas. E grande parte desses recursos deverá ser paga de imediato. Caso haja ágio superior a 5% sobre o excedente mínimo de óleo e gás a ser oferecido para a União, o pagamento do bônus de assinatura será parcelado em duas vezes: em 27 de dezembro deste ano e em 26 de junho de 2020. Com ágio abaixo de 5%, o pagamento terá de ocorrer integralmente em 27 de dezembro.

Em nota a clientes, os analistas do Credit Suisse, comentando o impacto no câmbio do fluxo de capital estrangeiro com o leilão da cessão onerosa, estimam a entrada de, no mínimo, US\$ 4,6 bilhões ainda neste ano, com o valor mais provável em torno de US\$ 9 bilhões, mas que pode chegar a US\$ 18 bilhões se

todas as áreas forem leiloadas no lucro mínimo. “A Petrobrás mostrou interesse nos campos de Búzios e Itapu e, com isso, as estimativas de entrada de recursos externos giram entre US\$ 6 bilhões a US\$ 18 bilhões somente neste ano, dependendo de como sair o resultado do leilão”, diz Ricardo Kazan, sócio e gestor da Novus Capital.

“No ano que vem é possível termos mais entrada de recursos por conta do pagamento da segunda parcela desse leilão, pois alguns campos têm 50% de pagamento até o fim deste ano e outros 75%, dependendo de como será o ágio sobre o excedente de produção.” A dúvida, por enquanto, é quão forte virão os estrangeiros no leilão, uma vez que duas empresas importantes – a britânica BP e a francesa Total – desistiram de participar. Olhando para além da cessão onerosa, Kazan acredita que a tendência é de desvalorização do dólar em termos globais – e com isso o real vai se apreciar. “Além do fluxo de entrada de capital, os fatores externos são muito relevantes: aumento de balanço do Federal Reserve, redução do risco Brexit sem acordo e tendência de melhora de curto prazo das relações comerciais entre Estados Unidos e China”, explica.

O diretor da Wagner Investimentos, José Faria Júnior, lembra que o fluxo de capital estrangeiro neste ano está negativo e que, talvez, isso não se repita em 2020, o que pode contribuir para fortalecer o real. Conforme os últimos dados do Banco Central, o fluxo cambial acumulado no ano até o dia 25 de outubro estava negativo em US\$ 21,1 bilhões. Em igual período de 2018, houve uma entrada líquida de US\$ 18,9 bilhões. Para Faria Júnior, se o programa de privatização de estatais e os leilões e concessões de infraestrutura forem bem sucedidos em 2020, o fluxo de investimentos no Brasil pode decolar e dar mais fôlego à moeda brasileira.

Ele também acredita que a Bolsa brasileira poderá atrair um maior volume de capital estrangeiro – em contraste com a queda do fluxo para operações de renda fixa de curto prazo diante do corte da taxa Selic, tornando menos atrativo o diferencial entre juros brasileiros e internacionais. O ingrediente crucial para apreciação do câmbio é a aceleração do crescimento da economia, o que, por tabela, injetará confiança e atrairá investimentos. O leilão da cessão onerosa é, todavia, um ponto de partida importante.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 06/11/2019

Seção: Colunas

Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt e Fernanda Guimarães

Título: IPO de menor porte entra no radar do mercado

Coluna do broadcast

De um lado, juros no menor patamar da história – com investidores muito interessados em buscar rentabilidade maior em renda variável. Do outro, empresas médias com vontade de crescer e vendo recursos disponíveis com maior facilidade, sobretudo no mercado de capitais. Com a soma da fome com a vontade de comer, pela primeira vez, agentes de mercado estão se movimentando para criar uma alternativa que una as duas pontas e facilite o acesso dessas companhias à Bolsa. Além da expectativa de entrada de novos competidores que possam cumprir o papel de estruturadores da operação de ida à Bolsa, outra possibilidade é a desintermediação para as ofertas iniciais de ações (IPO, na sigla em inglês) abaixo de R\$ 400 milhões. Entre as saídas, está o crowdfunding, que é o investimento coletivo já regulado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o regulador do mercado de capitais.

» Saída. As empresas menores não conseguem chegar à Bolsa porque, entre outros motivos, os bancos de investimento têm pouco interesse nas operações pequenas. No entanto, com juros na mínima histórica de 5%, esse mercado poderá ser ocupado por novos concorrentes, como os bancos médios. O banco ABC Brasil se antecipou à tendência e lançou uma plataforma para atrair empresas com faturamento anual a partir de R\$ 250 milhões que buscam fazer um IPO.

» Nicho. Outros bancos médios podem seguir o mesmo caminho. A ideia é que essas instituições financeiras trabalhem em conjunto com casas de análise independentes, o que ajudará na seleção das companhias que têm perfil – e com boas histórias para contar – a abrirem capital.

» Titã. Mesmo com o Ibovespa batendo os recordes de máxima, agora próximo da casa dos 109 mil pontos, o valor de mercado de todas as companhias listadas no Brasil perde para a cifra estimada para a gigante petrolífera árabe Saudi Aramco, que deve estrear no rol de empresas abertas valendo US\$ 1,5 trilhão. O montante é aproximadamente US\$ 500 bilhões superior ao consolidado das empresas registradas da B3. São 328 no total e que, juntas, têm valor de mercado de R\$ 4,3 trilhões, equivalente a um pouco mais de US\$ 1 trilhão.

» Gente grande. A gigante árabe do setor de petróleo escolheu a Bolsa Saudi Stock Exchange (Tadawul), em Riad, para listar suas ações. Na B3, a dona do maior valor de mercado é também de uma petrolífera, a Petrobrás – nos tempos de Lava Jato, a empresa chegou a perder o posto para o Itaú Unibanco – com mais de R\$ 410 bilhões, ou, em valores aproximados, US\$ 100 bilhões. Esse é, aliás, o valor estimado da oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) da Saudi Aramco, que será o maior já visto ao redor do globo.

» Desanuviando. Na tentativa de desmistificar o universo das milhas, a Smiles começou a exibir nas telinhas dos aviões da Gol vídeos que ensinam

consumidores a usar programas de fidelidade e como aproveitá-los na hora de planejar uma viagem. As produções são do canal do YouTube Te Levo de Milhas, que integra uma plataforma educacional lançada pela Smiles em dezembro do ano passado.

» Mudança. Como consequência do rearranjo de forças no setor aéreo, os programas de fidelidade ligados às companhias aéreas também passam por mudanças. A Smiles está em processo de revisão do seu plano estratégico e, mais recentemente, sofreu um baque ao perder a parceria com a americana Delta, que decidiu romper com a Gol e a se aliar ao Grupo Latam.

» Segue o baile. O juiz da recuperação judicial do grupo Odebrecht negou pedido feito pelo ex-presidente da Braskem e da ETH Bioenergia, José Carlos Grubisich, para suspender as negociações da companhia com bancos credores que têm ações da petroquímica como garantia de empréstimos concedidos ao grupo. O juiz afirma não haver como impedir negociação de patrimônio de pessoa jurídica que não é parte do processo e cuja composição acionária envolve partes que não estão na recuperação judicial. A argumentação de Grubisich era de que o do melhor ativo a ser vendido pelo grupo irá acabar nas mãos dos bancos, lesando a capacidade de recuperação de créditos dos demais credores. A resposta do juiz foi: “Caso o credor entenda que o grupo não possui condições de honrar o futuro plano a ser votado em assembleia de credores, deve então deliberar sobre a quebra”. Grubisich não comentou.

» Dia do fico. De saída do Safra após 22 anos, a executiva de recursos humanos do banco, Silvana Tinti, foi convencida a ficar. Ela chegou a se despedir de algumas pessoas, mas acabou mudando de ideia e não acompanhou o trio formado por Alberto Safra, filho de Joseph Safra, além de Rossano Maranhão e Eduardo Sosa, que ocupavam as cadeiras de presidente e de vice-presidente, respectivamente. Eles deixaram a instituição no fim do mês passado após divergências entre a família para montar um negócio digital do zero no setor financeiro. Procurado, o Safra confirmou que Tinti permanece no banco.

COM LETÍCIA FUCUCHIMA

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 06/11/2019

Seção: Metrópole

Autor: Borges / BRASÍLIA

Título: Ibama deixou de acionar grupo que rastreou óleo

A companhia Hex tem contrato de monitoramento por satélite com o órgão, mas não foi chamada a atuar e fez estudo por conta própria

A empresa brasileira Hex Tecnologias Geoespaciais, que enviou à Polícia Federal as informações sobre o vazamento de petróleo no Nordeste, é contratada do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) desde fevereiro para prestar serviços de monitoramento via satélite. A companhia, no entanto, afirma não ter sido acionada pelo órgão do Ministério do Meio Ambiente para oferecer as imagens, o que poderia ter acelerado as investigações. Por não ter sido procurada antes, a empresa resolveu oferecer, gratuitamente e por conta própria, as informações à Polícia Federal. Isso 55 dias após as manchas serem detectadas.

A informação foi confirmada ao Estado pelo presidente da Hex, Leonardo Barros. O executivo informou que tem um contrato “sob demanda” com o Ibama, ou seja, oferece os serviços de monitoramento sempre que é procurado pelo órgão do governo federal. O Ibama, no entanto, garantiu Barros, não entrou em contato com a empresa em nenhuma ocasião para pedir informações sobre a origem do petróleo. “Nós reagimos às demandas, como olhar o desmatamento em determinado local. Nesse caso, especificamente, para a mancha de óleo, nós realmente não fomos acionados. Agora, por quê isso aconteceu, é melhor perguntar para o Ibama”, comentou. A reportagem questionou o Ibama sobre o assunto, mas o órgão não se manifestou. O governo tem sido criticado pela demora nas ações de combate e investigações sobre o caso.

O contrato de sensoriamento remoto firmado já previa esse tipo de serviço para o órgão, disse Barros. O executivo, no entanto, disse que não sabe por qual razão não houve acionamento. “Por causa da notoriedade e importância que ganhou o desastre, a Hex decidiu, por conta própria, entregar as informações à Polícia Federal”, disse. “O Ibama sabe quais são as nossas competências. Aí, é um critério dele (acionar ou não o serviço). Não é papel nosso ficar oferecendo o serviço o tempo todo”, comentou o executivo. O contrato tem o valor máximo de R\$ 4,6 milhões e foi assinado em fevereiro, com validade de um ano.

Sobre a decisão de entregar gratuitamente as informações à Polícia Federal, o executivo disse que se trata de um “caso de estudo” e a empresa, a partir disso, decidiu “eleger isso como um caso relevante”. “Como não fomos acionados, decidimos apostar nisso por conta própria.” O relatório da Hex foi entregue à Polícia Federal no dia 25, 55 dias depois de as primeiras manchas aparecerem no litoral do Nordeste. A Agência Brasileira de Inteligência (Abin), segundo Barros, recorreu à companhia para buscar informações após o início da pesquisa e solicitou que os dados fossem repassados para a Polícia Federal.

Navio. A empresa detectou somente o navio Bouboulina, de bandeira grega, no ponto e na data de origem do vazamento, a aproximadamente 700 quilômetros da costa entre o Rio Grande do Norte e a Paraíba, em 28 e 29 de julho. A Hex

descartou a presença de um “navio pirata”, sem identificação oficial, na área durante esse período. Já a empresa Delta Tankers, dona da embarcação, negou que tenha havido qualquer tipo de incidente com o navio. O caso continua em investigação.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 06/11/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Projeto prevê governo sem poder de veto na Eletrobras

Brasília O presidente Jair Bolsonaro assinou nesta terça-feira (5) projeto de lei que prevê a capitalização da Eletrobras, operação que, no próximo ano, deve gerar pelo menos R\$ 16,2 bilhões para o Orçamento da União.

Segundo o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, o projeto prevê a revogação de um dispositivo legal para que a estatal seja incluída no PND (Plano Nacional de Desestatização), abrindo caminho para que a venda das ações ao mercado possa ocorrer no próximo ano.

Já existe previsão no Orçamento da União que essa operação possa render cerca de R\$ 16,2 bilhões em 2020.

O texto não prevê a manutenção de uma golden share (ação especial que garante à União poder de veto em assuntos estratégicos). Além disso, estabelece um teto para votos em assembleias definido em 10% das ações.

Realizada a venda das ações em Bolsa, a União deverá perder o controle da companhia, porque não acompanhará o aumento de capital que será feito pelos novos acionistas privados. A expectativa do governo é ficar com algo entre 30% e 40% da Eletrobras.

O resultado desse processo será a retirada da União do controle da companhia, que se transformará em uma Corporation, empresa sem dono com governança definida em estatuto e dirigida por um conselho de administração. Julio Wiziack Com a Reuters

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 06/11/2019

Seção: Mercado

Autor: Julio Wiziack e Nicola Pamplona

Título: Petróleo terá novo leilão se houver encalhe

Governo pretende marcar certame em 2020 para eventuais áreas que não recebam proposta em megaleilão hoje no Rio

Brasília e rio O leilão das quatro áreas da cessão onerosa está marcado para esta quarta (6) no Rio, e a expectativa do governo é receber R\$ 106 bilhões pelas quatro áreas a serem ofertadas. No entanto, a administração Bolsonaro considera a possibilidade de uma nova rodada em nove meses se não houver interessados por algum dos blocos.

“Se não forem leiloadas algumas das áreas, vamos analisar para recalibrar os dados, e acredito que, em oito ou nove meses, essas eventuais áreas [não vendidas nesta quarta] retornem para novo leilão”, disse **Bento Albuquerque, ministro de Minas e Energia**.

O ministro lembrou que, no leilão da 16ª rodada, somente metade das áreas foi arrematada e “nem por isso deixou de ser um sucesso”.

Segundo ele, a previsão inicial do governo para essa rodada era de R\$ 3 bilhões em lances pelos blocos e, mesmo com 50%, foram arrecadados R\$ 8,9 bilhões.

Para o megaleilão, a Petrobras exerceu preferência em dois blocos: Búzios (em produção desde 2018) e Itaipu, com operação prevista para 2021.

No mercado, há dúvidas com relação à venda das áreas de Sépia e Atapu, para as quais a Petrobras não exerceu direito de preferência.

A avaliação é que o risco é maior sem negociações prévias com a estatal a respeito de ressarcimento de custos e investimentos necessários para produzir as reservas.

Caso somente haja interessados por Búzios e Itaipu, o governo deverá arrecadar R\$ 69,8 bilhões, reduzindo o valor esperado para o rateio entre estados e municípios.

Pelos demais campos, os vencedores terão de pagar R\$ 13,7 bilhões, como bônus de assinatura por Atapu, e R\$ 22,8 bilhões, por Sépia.

O país passou cinco anos tentando viabilizar o leilão da chamada cessão onerosa, regime de exploração que concedeu exclusividade à Petrobras na exploração desses campos.

Somente neste ano, foi possível chegar a um consenso com o Congresso, e mudanças legais abriram essas áreas para competição. No entanto, foi mantida

a preferência da Petrobras nos lances. Nesse caso, investidores privados podem se associar à estatal, que lidera o grupo como operadora.

A percepção de que algumas áreas podem encalhar aumentou após anúncios de desistência da britânica BP e da francesa Total, reduzindo o número de potenciais compradores de 14 para 12.

A primeira alegou que considera o leilão “muito caro”, e a segunda, que não vê oportunidades para atuar como operadora —empresa que lidera os consórcios—, já que a Petrobras está presente em todas as reservas.

O ministro disse que não conversou com as empresas desistentes e somente foi informado de que elas não apresentaram as garantias exigidas pelo edital. A ANP (Agência Nacional do Petróleo) não informa quantas empresas entregaram os documentos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 06/11/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: O pior por vir

No derrame de óleo, despreparo do governo permite prever incapacidade de identificar os responsáveis

Na véspera de um mega leilão para exploração de petróleo no mar, marcado para esta quarta-feira (6), o governo brasileiro prosseguia dando demonstrações de despreparo para suas responsabilidades na área. Dois meses após iniciar-se o maior desastre ambiental do setor, imperava a perene confusão.

“O que chegou até agora e o que foi recolhido é uma pequena quantidade do que foi derramado. Então, o pior ainda está por vir”, disse no domingo (3) o presidente Jair Bolsonaro (PSL).

Em um país normal, declaração de igual teor do presidente da República estaria devidamente calçada em informação confiável fornecida por auxiliares lotados na coordenação da resposta ao derramamento. Faz algum tempo, contudo, que os limites da normalidade estão sob estresse no Brasil.

“Nós não sabemos a quantidade derramada, o que está por vir ainda”, contradisse o ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva. O militar

maximizou a incerteza durante uma entrevista coletiva dos vários órgãos federais envolvidos no esforço de remediação, com a Marinha à frente.

Desinformação cabal: eis a melhor descrição do que se observou até aqui. Depois de apontar o dedo para a Venezuela e uma ONG, insustentavelmente, o governo federal enfim se valeu de alguns dados técnicos para centrar a suspeita sobre o navio grego Boubolina, da empresa Delta Tankers Ltd.

Mesmo esse movimento comporta alguma precipitação. Baseia-se na presença da embarcação em área compatível com o setor oceânico indicado por modelos de dispersão como origem provável das mais de 4.000 toneladas de óleo retiradas de três centenas de localidades nordestinas. Mas ainda não há provas concretas para corroborar um indiciamento.

A Delta Tankers nega o acidente e diz que cabe ao Brasil comprovar que o derrame partiu do Boubolina. A quantidade recolhida até aqui corresponde a 27 mil barris de petróleo cru, que teria no mercado o valor de US\$ 1,5 milhão (R\$ 6 milhões) e representa 1/40 da capacidade de carga do navio grego.

Tal prejuízo empalidece diante do custo da operação de limpeza dos contaminantes, sobretudo agora que a Marinha, só dez semanas depois, mobilizou suas maiores embarcações —sem contar as perdas para a saúde pública, a pesca e o turismo, que o Ibama agora projeta na casa de bilhões.

Em retrospecto, a descoordenação exibida pelo governo Bolsonaro sugere que o país será incapaz de montar um caso jurídico robusto contra os causadores do derramamento e que o custo social e econômico da descontaminação recairá sobre os brasileiros. O pior, com efeito, ainda está por vir.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 06/11/2019

Seção: Mercado

Autor: Fábio Pupo, Bernardo Caram e Thiago Resende

Título: Pacto empodera TCU e prevê criação de conselho para monitorar gastos

Hoje, contabilidades diferentes de tribunais de contas dificultam o acompanhamento fiscal e travam medidas para resolver problemas

Brasília O governo propôs a criação de um conselho fiscal e o aumento do poder do TCU (Tribunal de Contas da União) no controle das contas públicas de estados e municípios.

O Conselho Fiscal da República vai monitorar as contas públicas dos entes e será composto pelos presidentes da República, da Câmara, do Senado, do STF (Supremo Tribunal Federal) e do TCU (Tribunal de Contas da União).

“No Conselho, todos os Poderes que têm a capacidade de manter ou desestabilizar o equilíbrio fiscal da República se reúnem a cada três meses para exame, monitoramento e considerações sobre a situação fiscal dos entes”, disse o ministro da Economia, Paulo Guedes.

A proposta prevê que caberá ao TCU fazer a orientação normativa aos demais membros.

O objetivo é uniformizar a interpretação de conceitos orçamentários para evitar divergências entre tribunais de contas estaduais e municipais.

Hoje, as diferentes contabilidades adotadas por tribunais de contas dificultam o acompanhamento do governo federal e acabam travando a adoção de medidas para resolver os problemas fiscais.

O pacto federativo traz medidas que tratam da relação orçamentária entre União, estados e municípios e promove uma redistribuição de recursos entre os entes, reduzindo a participação federal.

“Temos milhares de municípios quebrados, uma dezena de estados quebrados e a União só não quebra porque se endivida em bola de neve. Vamos transformar o estado brasileiro sabendo que temos que manter a responsabilidade com as futuras gerações”, disse Guedes.

O governo estima que R\$ 400 bilhões serão repassados da União para estados e municípios em 15 anos

Segundo o governo, a principal fonte dos recursos é de leilões e royalties de petróleo.

A ideia de Guedes é fortalecer os entes. Em agosto, uma versão preliminar da proposta foi apresentada a senadores para destravar a votação da reforma da Previdência.

Na ocasião, o ministro previu que as medidas de distribuição de recursos teriam um impacto de aproximadamente R\$ 500 bilhões em 15 anos. O pacto foi, portanto, reduzido.

Na cerimônia de apresentação, Guedes afirmou, porém, que a proposta poderá repassar até R\$ 500 bilhões para estados e municípios nesse período.

O secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, reconheceu nesta terça que um dos motivos para o corte no impacto do pacto federativo foi a derrota na votação da reforma da Previdência.

“Naquele momento, não tínhamos informação da desidratação da Previdência”, disse o secretário.

Aversão preliminar da proposta de pacto previa repasses via Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação). Rodrigues informou que essa medida não integra a versão final do projeto de pacto federativo.

Como contrapartida para receber os recursos de petróleo, a medida busca solucionar um impasse entre União e governadores em torno da Lei Kandir, que retirou a incidência do ICMS, imposto estadual, sobre as operações que destinem mercadorias ao exterior. Governadores, por sua vez, cobram compensação pelas perdas.

Com o repasse dos recursos de petróleo aos entes, União e estados encerrarão a disputa judicial em torno das compensações da Lei Kandir.

A proposta ainda proíbe a União de socorrer entes em dificuldades fiscais a partir de 2026. A ideia do ministério é que quem fez a dívida deverá arcar com ela.

O governo federal só dará a partir de 2026 garantias às operações de estados e municípios com organismos internacionais.

O texto também proíbe a operação de crédito entre entes da Federação, diretamente ou por meio de fundo, autarquia, fundação ou estatal.

Estados e municípios ainda poderão fazer contingenciamentos em todos os Poderes, como já ocorre em nível federal. Também haverá integração das regras fiscais (Lei de Responsabilidade Fiscal, regra de ouro e teto de gastos) em todas as esferas do governo.

Estados e municípios passam a receber toda a arrecadação do salário-educação e a definir o uso dos recursos.

A proposta ainda reduz de 40% para 14% a parcela de recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) destinada ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

A proposta está na PEC do pacto federativo, que integra o pacote batizado pelo Ministério de Plano Mais Brasil - a transformação do Estado.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 06/11/2019

Seção: Colunas

Autor: Sonia Racy

Título: No rastro do óleo

Direto da Fonte

Fabiano Contarato, que preside comissão do Senado sobre vazamento do óleo no mar, instalada ontem no Senado, viaja com colegas senadores para o Nordeste – onde serão recebidos pelos governadores Paulo Câmara, em Pernambuco, e Fátima Bezerra, no Rio Grande do Norte. Visitarão a praia de Itapuama (PE), na sexta, e de Pipa (RN), no sábado. A comissão pode coletar provas técnicas que embasem, por exemplo, uma futura ação penal no Ministério Público. À coluna, Contarato disse que o governo federal “foi omissos” e deixou “mais perguntas que respostas”. E adiantou que já foi aprovado requerimento para ouvir o ministro Ricardo Salles.

Mérito

Fábio Feldman está entre os cinco agraciados que receberão hoje, em Brasília, o Grande Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União – e fará o agradecimento em nome de todos, incluindo João Gilberto, in memoriam. No discurso, ao que se apurou, o ambientalista incluirá uma cobrança ao governo pela demora em reconhecer a gravidade do vazamento de óleo nas praias do Nordeste. E deixará uma pergunta: se apenas um navio pode causar tamanho estrago, a Petrobrás está preparada para enfrentar à altura eventuais “vazamentos” na prospecção das áreas do pré-sal?

Cofre vazio

Um dia após Caetano Veloso e companhia se reunirem em Brasília com Carmen Lúcia, no STF, associações de cineastas, documentaristas, fotógrafos e produtores de SP foram – ontem – à Assembleia paulista. Motivo? Reclamam, em carta deixada com Alex Madureira, relator da Lei Orçamentária, do investimento “muito baixo” e “contingenciado” destinado à Cultura em 2020 – pouco mais de R\$ 800 milhões. Citam como exemplo o Desenvolve SP, da Secretaria da Fazenda, que teve aporte na LOA de R\$ 257 milhões. E o ProAC, com corte de 55%, terá oito vezes menos.

Defesa na mira

Afastado da política, mas vivendo em Brasília, o ex-ministro Raul Jungmann começa a fazer contatos para novo projeto: criar um think tank sobre a Defesa. À coluna, ele afirmou que o tema é estratégico mas até hoje não teve a devida atenção da chamada inteligência nacional. Para tanto, começa a programar contatos em meios empresariais e universitários.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 06/11/2019

Seção: Especial

Autor: João Pedro Pitombo

Título: Óleo chega a Mucuri, no sul da BA, e fica mais perto do Sudeste

Espírito Santo criou comitê para retirar e armazenar o material caso ele apareça

Salvador - Os primeiros vestígios de óleo chegaram nesta terça-feira (5) a Mucuri (905 km de Salvador), cidade litorânea mais ao sul da região Nordeste. A praia atingida fica a cerca de 40 quilômetros da divisa da Bahia com o Espírito Santo, ampliando a expectativa de que as primeiras manchas de óleo cheguem ao Sudeste nos próximos dias.

Por envolver uma série de fatores como correntes marítimas, ventos, maré e a quantidade de óleo que ainda está no oceano, especialistas apontam que não é possível precisar quando as manchas chegarão ao litoral do Sudeste.

Na última sexta-feira (1), contudo, o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) informou que é provável que o óleo chegue ao Espírito Santo e ao Rio de Janeiro. O órgão foi acionado pelo governo federal para detectar movimentação das manchas na costa brasileira e trabalha com a hipótese de que exista ainda mais óleo no oceano.

Nos últimos dias, novas manchas foram identificadas em praias de três cidades do sul da Bahia: Caravelas (onde atingiu o Parque Nacional de Abrolhos no último sábado), Nova Viçosa e Mucuri. Nas duas últimas, a quantidade de óleo encontrada ainda é pequena. Em Nova Viçosa, foram recolhidos cerca de três quilos de óleo desde o último domingo (5). Em Mucuri, a quantidade de óleo achada ainda não chega a 100 gramas, informou a prefeitura.

Apesar da pequena quantidade, a presença do petróleo acendeu o alerta da comunidade nas duas cidades, que já mobilizam servidores e voluntários. No Espírito Santo, um comitê com entes federais, estaduais e municipais foi criado há cerca de 30 dias para instituir um plano para remoção e armazenamento do

óleo caso ele chegue ao litoral capixaba. Servidores de prefeituras e voluntários de sete municípios foram capacitados.

De acordo com superintendente do Ibama no Espírito Santo, Diego Libardi, estão sendo realizadas vistorias nos estuários dos principais rios do litoral para verificar a possibilidade de instalar barreiras de contenção.

“A nossa maior preocupação não são as praias, mas, sim, os estuários dos rios. São locais de onde seria mais difícil retirar o óleo”, afirma Libardi.

A capital Vitória e outras seis cidades do litoral capixaba — Linhares, Aracruz, Conceição da Barra, São Mateus, Jaguaré e Fundão — já começaram a receber treinamento para uma provável chegada do óleo.

Em Conceição da Barra, cidade de 30 mil habitantes que fica na divisa com a Bahia, a prefeitura iniciou ações diárias de monitoramento dos cerca de 30 quilômetros de litoral. Por enquanto, ainda não há vestígios de óleo, mas a comunidade já se prepara para o pior.

“Pela forma como as coisas estão evoluindo, é provável que nossa cidade seja a primeira do Sudeste a receber o óleo, mas já há um plano de ação emergencial para enfrentar o problema”, afirma o coordenador municipal de Proteção e Defesa Civil de Conceição da Barra, Jalmas Ferreira Greis.

A prefeitura vem cadastrando e treinando voluntários e servidores municipais, além de ter adquirido equipamentos de proteção individual para proteger as pessoas que forem atuar no recolhimento do óleo.

A imprevisibilidade é o principal desafio enfrentado pelos estados cujos litorais possam ser poluídos pelo óleo. De acordo com Ícaro Moreira, professor do Departamento de Engenharia Ambiental da UFBA (Universidade Federal da Bahia), não é possível estimar com precisão a trajetória do óleo na costa brasileira.

“No oceano, são diversas variáveis. Não é como um rio que segue nas mesmas direção e velocidade”, explica. Ele ressalta que as correntes marítimas e os ventos tendem a fazer com que o óleo siga na direção sul nesta época do ano.

No domingo (3), o ministro da Defesa Fernando Azevedo e Silva afirmou que “não tem bola de cristal” para estimar o volume e a dinâmica do vazamento do óleo que atingiu as praias do litoral nordestino.

“É um óleo difícil. O radar não pega, o sonar não pega, o satélite não pega. A gente tem uma visualização dele quando chega na água. É difícil, agente não tem uma bola de cristal em relação a isso”, afirmou.

VEÍCULO: O Globo**Data: 06/11/2019****Seção: Economia****Autor: MANOEL VENTURA, BRUNO GÓES, ELIANE OLIVEIRA, RENATA VIEIRA, RENNAN SETTI E RAMONA ORDOÑEZ****Título: Privatização da Eletrobrás chega à Câmara**

UNIÃO ABRE MÃO DE PODER DE VETO

O presidente Jair Bolsonaro usou ontem a cerimônia que marcou 300 dias de governo para assinar o projeto de lei que autoriza e estabelece as regras da privatização da Eletrobras. No início da noite, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, entregou o projeto ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia. O ministro disse esperar que o Congresso dê o aval para a venda do controle da estatal até o segundo semestre de 2020. A expectativa do governo é arrecadar R\$ 16,2 bilhões com a privatização, recursos já previstos no Orçamento do ano que vem.

O projeto de lei não prevê que o governo mantenha a chamada golden share, uma ação especial daria poder de veto à União em decisões estratégicas da companhia. Isso foi feito no passado em privatizações como as de Vale, Embraer e Instituto de Resseguros do Brasil (IRB).

A privatização da maior empresa de geração e transmissão de energia elétrica do país já havia sido encaminhada ao Legislativo pelo ex-presidente Michel Temer, em 2018. Mesmo prevendo a golden share, o texto não avançou, em meio a fortes resistências políticas. A equipe econômica, que preferiu um novo projeto, vinha dizendo nos bastidores que não faria sentido um governo liberal sugerir uma golden share.

O Supremo Tribunal Federal (STF) definiu que a venda de controle de estatais precisa do aval do Congresso. Pelas características dessa operação, o texto não poderia ser enviado junto com o projeto do ministro da Economia, Paulo Guedes, para acelerar as privatizações apresentado ontem. O governo decidiu apresentar o projeto ontem para reforçar o marco de 300 dias e a agenda pós-reforma da Previdência.

O modelo de privatização prevê a emissão de novas ações a serem vendidas no mercado, resultando na redução da fatia da União. O plano é transformar a Eletrobras em uma corporação privada, sem um controlador majoritário, mesmo com o governo como acionista minoritário.

— A expectativa do governo é que esse processo de capitalização se dê no segundo semestre de 2020, tendo em vista que ele vai ter que tramitar na

Câmara e no Senado. E, além disso, para que a capitalização seja realizada, diversas ações devem ser tomadas no âmbito legal e no âmbito do Tribunal de Contas da União. Ou seja, não é simples, é um processo complexo —disse o ministro, que defende a privatização como uma forma de manter a capacidade de investimentos da empresa sem aporte da União.

MODELO DIVIDE OPINIÕES

O modelo escolhido pelo governo divide opiniões entre especialistas. Para Rodrigo Leite, especialista em energia do escritório Leite Roston Advogados, o modelo de privatização, sem golden share, torna a empresa mais atrativa para investidores. Ele também avalia que a criação de uma corporação de capital acionário pulverizado ajudará a garantir os investimentos para a segurança energética do país:

— A Eletrobras faz parte de um setor estratégico de infraestrutura, que é a base para o crescimento econômico. Privatizada, terá mais recursos para investir.

Para o ex-presidente da Eletrobras Luiz Pinguelli Rosa, professor de planejamento energético da Coppe/UFRJ, a falta de uma golden share traz risco à segurança do abastecimento de energia, já que o governo não terá instrumentos para garantir investimentos adequados às necessidades do país. Na visão dele, o governo exagera ao tentar reduzir o papel do Estado no setor.

— Não resolve tudo, mas permitiria uma intervenção estatal em casos graves, que já aconteceram no Brasil, como o apagão — disse o físico e engenheiro nuclear, referindo-se ao racionamento de energia de 2001. — Nem sempre as coisas ocorrem como se deseja. Na minha opinião, a intervenção do Estado não pode ser tratada com radicalismo. Deve ser sempre uma possibilidade e, se for necessário, deve-se assumi-la.

Roberto d'Araújo, diretor do instituto Ilumina, que é contrário à privatização da Eletrobras, concorda com Pinguelli sobre a falta da golden share. Para ele, o governo abre mão de um instrumento importante para ceder a uma pressão do mercado sem fortalecer agências reguladoras como a Aneel. Segundo Carolina Fidalgo, especialista em Direito Público e sócia do Rennó, Penteado, Reis e Sampaio Advogados, o instrumento está em desuso no mundo, mesmo na Europa, onde foi criado:

— As golden shares foram criadas quando não existiam agências reguladoras e contratos de concessão consolidados. Hoje, esses mecanismos existem e permitem uma regulação sem que o Estado precise intervir dentro da empresa. Há, aliás, jurisprudência consolidada na Corte Europeia de Justiça questiona a

golden share no que diz respeito a como ela limita indevidamente o poder dos outros sócios. Esse instrumento pode ter efeitos negativos no valor da empresa e gerar discussões sobre sua governança.

Para Ilan Arbetman, da Ativa Investimentos, o novo projeto é mais agressivo quanto ao futuro da Eletrobras do que o projeto do governo Temer. Mas ele pondera que a retirada da golden share dificulta mais a aprovação no Congresso:

— Se já víamos resistência com a proposta passada, vamos ver a margem de manobrado governo.

VEÍCULO: O Globo

Data: 06/11/2019

Seção: Economia

Autor: GLAUCE CAVALCANTI E RAMONA ORDOÑEZ

Título: Hotéis de luxo recebem executivos do petróleo com serviços sob medida

Agência Nacional do Petróleo estima arrecadar ao menos R\$ 70 bilhões no megaleilão de petróleo que hoje no Rio

O megaleilão que a Agência Nacional do Petróleo (ANP) comanda hoje no Rio — o maior já feito no país — elevou a ocupação na hotelaria de luxo da Barra da Tijuca, na Zona Oeste. O evento atrai altos executivos da indústria de óleo e gás, do Brasil e de todo o mundo, e movimenta uma diversidade de serviços exclusivos, prestados sob demanda pelos cinco estrelas para quem traça as últimas estratégias para a disputa.

—O evento é pequeno em participantes, mas atrai tomadores de decisão do topo da cadeia do setor. Traz pessoas acostumadas a transitar em eventos globais, que demandam serviços muito personalizados — conta Philipe Campello, do Rio Convention & Visitors Bureau.

O leilão terá quatro áreas leiloadas, com a perspectiva de arrecadar mais de R\$ 106 bilhões em bônus de assinatura. A Agência Nacional do Petróleo (ANP) afirma que ao menos duas delas serão arrematadas, já que a Petrobras pediu o direito de preferência previsto em lei sobre elas. Com isso, a arrecadação mínima é de R\$ 70 bilhões. Na ponta do lápis, isso bate o valor gerado em todas as licitações de petróleo já realizadas no país: R\$ 60,4 bilhões.

Um time de 14 das maiores petroleiras do mundo — Shell, Chevron, Petronas e CNODC entre elas — está inscrito para a disputa. A britânica BP e a francesa Total não farão ofertas.

O interesse vem do baixo risco de exploração dessas áreas, que já são operadas pela Petrobras. Integram blocos cedidos à estatal pela União em 2010 como parte de sua capitalização, num contrato conhecido como “cessão onerosa”. A Petrobras foi autorizada a extrair até 5 bilhões de barris ali, mas as áreas têm até 15 bilhões em reservas. É esse excedente que será leilado.

— É um leilão extremamente atraente ao investidor. Então, há mais altos executivos no Rio para este leilão. Mesmo com a lei exigindo que a petroleira tenha subsidiária no país, os estrangeiros também acompanham — conta a advogada Sonia Agel, sócia do escritório Schmidt Valois, especializado no setor. — Os encontros são pequenos, confidenciais, reservados. Para acertar detalhes das ofertas, dos consórcios.

No mercado, o comentário é de que o Grand Hyatt, na Barra da Tijuca, que sediará o leilão, teria perto de 90% dos 436 quartos ocupados. O hotel não divulga esse dado. Em seu site, ainda há disponibilidade para esta noite, com diárias a partir de R\$ 1.487,35, com taxas. A suíte da cobertura sai a R\$ 6.547,35.

Os executivos do petróleo em geral falam inglês e têm demandas específicas, conforme sua cultura. Os chineses pedem água quente para tomar chá. Os japoneses, duchas e banheiras separadas, enquanto muitos dos que vêm do Oriente Médio fumam narguilé, conta Michel Nagy, diretor de vendas do Fairmont Rio de Janeiro.

— O resultado do leilão pode ativar ainda mais a cadeia de óleo e gás no Rio, reaquecendo o segmento de hóspedes corporativos — diz Alfredo Lopes, da ABIH-RJ

VEÍCULO: O Globo

Data: 06/11/2019

Seção: Economia

Autor: RAMONA ORDOÑEZ

Título: Ações na Justiça Federal tentam impedir realização dos certames

Há pelo menos cinco ações na Justiça Federal pedindo a suspensão do megaleilão de petróleo previsto para hoje e da 6- Rodada do pré-sal, marcada para amanhã. É o que aponta um levantamento do escritório de advocacia Mattos Filho. Há registro de ações em Rio, São Paulo, Pernambuco e Distrito Federal.

Segundo Flávio Spaccaquerche Barbosa, especialista em Contencioso e Arbitragem do Mattos Filho, uma sexta ação foi indeferida pela Justiça Federal do Rio. A maioria das ações está em nome de pessoas físicas, representantes de sindicatos, da Federação Única dos Petroleiros (FUP) e da Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet).

Uma das ações da FUP foi proposta na segunda-feira, em Brasília, questionando inclusive falta de avaliação adequada de impactos ambientais da atividade petrolífera na Bacia de Santos. Em outra ação, protocolada na Justiça, em São Paulo, os presidentes de sete sindicatos de petroleiros filiados à FUP contestam a legalidade do leilão da cessão onerosa e alegam prejuízos financeiros para o país.

A Advocacia Geral da União (AGU) mobilizou um verdadeiro exército de advogados em todo o país para enfrentar eventuais decisões judiciais liminares que possam suspender a realização do megaleilão de petróleo hoje. Segundo o órgão, são 115 advogados em regime de plantão em todo país “para que nenhuma intercorrência judicial aconteça.”

VEÍCULO: O Globo

Data: 06/11/2019

Seção: Economia

Autor: MARCELLO CORRÊA, MANOEL VENTURA, RENATA VIEIRA E GERALDA DOCA

Título: Pacote vai distribuir R\$ 400 bi entre estados e municípios

Recursos virão principalmente de mudanças nas regras de royalties

O pacote apresentado ontem pelo governo prevê a distribuição de cerca de R\$ 400 bilhões entre estados e municípios ao longo de 15 anos. A maior parte desses recursos virá de uma mudança nas regras de acesso a royalties e participações especiais de petróleo. O plano é reduzir a parcela desses recursos que hoje ficam com a União.

A descentralização faz parte da proposta de emenda à Constituição (PEC) do pacto federativo, um dos três projetos apresentados ontem ao Congresso, pessoalmente, pelo presidente Jair Bolsonaro. Dividir mais dinheiro com governos regionais era uma das promessas de campanha de Bolsonaro, sob o slogan “mais Brasil, menos Brasília”.

Hoje, do total arrecadado com royalties, a União fica com 70%, enquanto estados e municípios recebem 30%. A ideia é inverter as proporções ao longo de oito anos. Os percentuais não estão fixados na PEC porque serão regulados por

lei complementar, mas foram adiantados pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, em coletiva de imprensa.

A redistribuição de recursos do petróleo seria feita por meio do Fundo Social, que hoje recebe recursos de royalties e participações especiais pela exploração de óleo e gás. A proposta acaba com o Fundo, e os recursos passariam a ser distribuídos diretamente para União, estados e municípios. A medida não afeta estados produtores, como o Rio, porque só redistribui a parcela do bolo que cabe ao governo federal.

A PEC também prevê a destinação de R\$ 9,8 bilhões da arrecadação do salário-educação, que hoje ficam com a União e passariam a ser geridos diretamente por estados e municípios.

Para receber os recursos, os estados terão que abrir mão dos questionamentos na Justiça por repasses da Lei Kandir, que garante isenção de ICMS às exportações, com impacto sobre as contas regionais. Os entes cobram da União compensações por essa perda de receita, mas o governo entende que a redistribuição de recursos extinguiria o impasse.

A PEC também cria o Conselho Fiscal da República, cuja missão será avaliar a situação financeira da Federação. O conselho será composto pelos presidentes da República, da Câmara, do Senado, do STF e do TCU, além de governadores e prefeitos.

A expectativa do governo é que a proposta seja aprovada até abril. A medida, no entanto, não será a prioridade. Dos três textos entregues ontem, a chama da PEC emergencial terá a tramitação mais urgente. Esse projeto prevê o acionamento de medidas extraordinárias para ajustar as contas públicas, como cortes temporários de salários e jornadas de servidores. O governo quer acioná-las ainda em 2020.

CALENDÁRIO ELEITORAL

Hoje, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, se reunirá com líderes dos partidos no Senado para definir o calendário de tramitação e a relatoria das três PECs. A expectativa é que a relatoria fique com representantes das três maiores bancadas do Senado, MDB, PSD e Podemos. Por ora, a preocupação paira sobre o calendário eleitoral: em meados de abril, termina o prazo de filiação partidária, e alargada para a corrida das eleições municipais toma as atenções dos parlamentares.

Ontem, Bolsonaro disse que espera que o Legislativo “aperfeiçoe” a proposta.

— Quero dizer do orgulho de estar aqui entre amigos. Dizer que essa proposta vai ser trabalhada pelos senhores, vai ser aperfeiçoada — disse.

A equipe econômica não detalhou quanto será o repasse de cada medida prevista na PEC do pacto federativo. O secretário especial da Fazenda, Waldery Rodrigues, disse que a estimativa de R\$ 400 bilhões é “conservadora”. Em agosto, o Ministério da Economia chegou a estimar os repasses em R\$ 500 bilhões, mas o valor foi reduzido com a retirada da ampliação do Fundeb. O governo também optou por retirar parte dos repasses como contrapartida à desidratação de R\$ 100 bilhões da reforma da Previdência.

VALOR PODE SER MAIOR

Guedes, no entanto, disse que esse número poderia subir, principalmente se for aprovada a PEC paralela — que tenta incluir estados e municípios nas novas regras da aposentadoria.

— Eu nem me incomodo com essa desidratação de R\$ 100 bilhões que aconteceu, se trouxermos estados e municípios para dentro (das novas regras da aposentadoria) —disse o ministro.

VEÍCULO: O Globo

Data: 06/11/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título:

O campo é meu e ninguém tasca

Não é preciso jogar búzios. Mas, desculpe o trocadilho, Búzios, no caso, o maior campo marítimo do mundo, que fica a 200 quilômetros da costa do Rio, é o grande objeto de desejo no megaleilão de hoje.

Um executivo, com mais de 40 anos de convivência dentro e fora da Petrobras, aposta que a companhia não deve ficar só com os 30% legais. Nessa versão, a estatal vai querer mandar sozinha no negócio e, se tiver que se associar com outra empresa, as chinesas são as preferidas “porque não são de imiscuir muito”.

VEÍCULO: O Globo**Data: 06/11/2019****Seção: Colunas****Autor: Míriam Leitão****Título: As boas ideias e sua viabilidade**

As ideias por trás das propostas apresentadas ontem pelo governo são ótimas. O Brasil de fato precisa descentralizar recursos, cortar gastos quando houver uma emergência fiscal, acabar com municípios sem viabilidade, usar o dinheiro que está empoçado em fundos públicos, reduzir os subsídios e isenções e dar mais liberdade ao administrador público nas despesas de pessoal. Tudo certo. A dificuldade no atual governo é separar fato de ficção.

O discurso do ministro Paulo Guedes tem sempre planos grandiosos. A medida acaba saindo bem menor. E depois será preciso verificar se é factível. Guedes falou que a ordem autoritária centralizou os recursos. Foi isso mesmo que a ditadura fez. “E a democracia não descentralizou” Verdade. Mas o que foi proposto foi apenas que um percentual maior dos recursos de futuros leilões de petróleo ficará com estados e municípios. Ele calcula em R\$ 400 bilhões o que será distribuído em 15 anos. Em troca, os estados terão que abrir mão da velha demanda que eles têm de serem compensados pelas isenções dadas de ICMS nas exportações de semimanufaturados, a famosa Lei Kandir.

Criar um Conselho Fiscal da República, uma instância de conversa sobre as contas públicas, é bom, mas isso não fará o Judiciário decidir o que o Executivo quer, ou o Legislativo aprovar as propostas que receber. Acabar com municípios sem viabilidade, que tenham menos de 5 mil habitantes e menos de 10% de receita própria, é excelente ideia. Mas tramitará em ano de eleição municipal.

Os 3 Ds emagreceram muito. O projeto inicial era desvincular, desindexar e desobrigar todas as despesas da União, dos estados e municípios, para “devolver à classe política o direito de fazer o orçamento”, como diz Paulo Guedes. No final, o que ficou foi uma proposta de retirar da Constituição o aumento anual para o servidor. Todas as vinculações constitucionais permanecem. Os mínimos de saúde e educação serão unidos para que o gestor público possa alocar com mais liberdade. Mas as despesas com inativos não entrarão na conta. O governo desistiu na última hora. Quando houver emergência fiscal as despesas poderão ser desindexadas. A não correção dos benefícios da Previdência chegou a estar no pacote e foi tirada. Uma das medidas mais difíceis é a de reduzir as isenções e subsídios. A Zona Franca ficará de fora. Eles querem levar a 2% do PIB, hoje é 4%.

O governo propôs acabar com todos os fundos públicos, exceto os regionais e o da Zona Franca de Manaus. A medida dará dois anos para que a existência dos fundos seja justificada. Os mais de R\$ 200 bilhões desses fundos são fruto de receita vinculada. Esse dinheiro já entrou como receita primária em anos anteriores, mas não pode financiar despesa nova porque gera déficit, nem pode ser usado em outra área que não a que foi destinada. O FUST, do setor de telecomunicação, já foi pensado para financiar tudo e fica lá parado. É de fato uma maluquice.

O governo tenta nos muitos anúncios de ontem iniciar um novo período. O que se quer é dar uma arrancada na economia que fortaleça o projeto político. Na entrevista que deu neste fim de semana à Alexa Salomão, da “Folha de S. Paulo”, o ministro Paulo Guedes foi perguntado se haveria a privatização da Petrobras. Ele disse que “num segundo mandato o presidente vai considerar as grandes”. Isso é diferente do que se falava antes, quando se prometia R\$ 1 trilhão de privatizações, e confirma que também na economia se trabalha com o horizonte de dois mandatos.

O governo quer dar prioridade à PEC Emergencial que cria várias travas na União, estados e municípios quando há riscos de estouro dos limites fiscais, como a regra de ouro. O projeto do deputado Pedro Paulo (DEM-RJ) sobre esse mesmo assunto tem alguns pontos que não foram incorporados pela equipe, como o de suspender o pagamento do abono salarial. O deputado acha que o seu projeto é de mais longo prazo. O do governo vai estar acoplado à possibilidade de tomada de empréstimos pelos estados que cumprirem as metas do Plano Mansueto. O ministro descreveu assim: “Nos próximos anos só vai ter problema quem quiser. Qualquer um vai poder apertar o botão que trava despesa e chove receita. Em um ano ou dois ele sai do buraco’. Certamente não existe mecanismo que provoque chuva de receita.

VEÍCULO: O Globo

Data: 06/11/2019

Seção: Sociedade

Autor: BRUNO ALFANO

Título: Plano de proteção a manguezais é enfraquecido

Ibama retira de texto para conservação o objetivo de erradicar carcinicultura (criação de camarão) nesse tipo de ecossistema

Uma alteração feita pelo Ibama no Plano de Ação Nacional (PAN) para a Conservação das Espécies Ameaçadas e de Importância Socioeconômica do Ecossistema Manguezal, em vigor até janeiro de 2020, enfraqueceu a proteção a esse ecossistema, apontam especialistas.

O governo publicou, no último dia 30, uma atualização do PAN, criado em 2015, em que retira a meta de estimular a erradicação dos empreendimentos de carcinicultura (criação de camarão) em manguezais. O ecossistema tem sofrido com o petróleo cru que aporta nas praias do Nordeste.

— A retirada desse objetivo do PAN estimula que as áreas de mangue sejam substituídas pela criação de camarão — afirma Clemente Coelho Jr., diretor da consultoria ambiental Biomabrazil.

De acordo com o jornal “O Estado de S. Paulo”, essa medida foi tomada contrariando pareceres técnicos do próprio Ibama. O órgão não respondeu aos questionamentos da reportagem.

Segundo o texto do PAN, o documento estabelece ações de conservação para 74 espécies, sendo 29 ameaçadas. Entre elas, estão o boto-cinza, a tainha, o siri-azul e o camarão-sete-barbas.

— Um manguezal chega a empregar direta ou indi-retamente cerca de dez pessoas por hectare em atividades que vão da pesca ao turismo. Enquanto uma a carcinicultura emprega de uma a três pessoas por hectare. Ou seja, essa medida ainda gera desemprego — defende Coelho Jr. — A atividade de carcinicultura não precisa ser feita na área de manguezal. Pode ser feito em áreas salobras. Mas os manguezais são terrenos baratos.

O pedido para a retirada do objetivo foi, ainda segundo “O Estado de S. Paulo”, feito pelo secretário da pesca, Jorge Seif Júnior.

Na última quinta-feira, ele ficou conhecido por dizer, durante uma transmissão ao vivo com o presidente Jair Bolsonaro, que os peixes são inteligentes e fogem quando avistam o óleo no mar. Por isso, no raciocínio dele, não haveria problema em comer pescado do Nordeste, cujas praias sofrem com a contaminação óleo.

A Secretaria da Pesca foi procurada, mas também não respondeu aos questionamentos da reportagem.

VEÍCULO: O Globo

Data: 06/11/2019

Seção: Sociedade

Autor: RENATO GRANDELLE

Título: Litoral vulnerável à desastres

Para especialistas, o Brasil não tem estrutura para prevenir novas tragédias

Mesmo após dois meses de batalha contra o vazamento de óleo que atingiu toda a costa da Região Nordeste, o Brasil ainda não está preparado para enfrentar uma nova tragédia em seu litoral. Esta é a opinião de especialistas em oceanografia e direito ambiental, que apontam falhas em planos de contingência, falta de investimento em infraestrutura e legislação ambiental frágil.

Além do Arquipélago de Abrolhos, atingido na semana passada pelo óleo cru e fechado à visitação, outros ecossistemas preciosos de norte a sul do país poderiam estar expostos a substâncias tóxicas despejadas em alto-mar.

Pesquisador de Biodiversidade Marinha da Universidade Federal do Rio Grande (Furg), José Henrique Muelbert enumera as regiões que podem ser arrasadas pela chegada de poluentes:

— Há diversos pontos vulneráveis de nosso litoral, da foz do Rio Amazonas e da Ilha de Marajó, na Região Norte, às praias arenosas que vão do Rio Mampituba, em Torres, ao Arroio Chuí, no Rio Grande do Sul. O Brasil precisa conjugar sensoriamento remoto e pesquisa in loco. Não está pronto e continuará assim enquanto não houver um instituto de pesquisas para o oceano.

A ressalva de Muelbert é corroborada pela comunidade científica. O governo federal anunciou, em 2013, a criação do Instituto Nacional de Pesquisas Oceanográficas e Hidroviárias (Indoh), que teria, entre suas missões, fazer levantamentos sobre pesca, engenharia costeira e submarina e biodiversidade.

Em janeiro, uma portaria do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) atribuiu a implementação do Indoh à Coordenação de Mar e Antártica. No entanto, nenhuma medida foi tomada desde então. Procurada pelo GLOBO, a pasta afirmou que o instituto será inaugurado até o final do ano.

Para Luiz Paulo Hassad, colaborador do Programa de Engenharia Civil da Coppe-UFRJ, a instituição responsável pelas pesquisas oceânicas deveria ser capitaneada pela Marinha e pelo Ministério do Meio Ambiente e sustentada por royalties de petróleo. Um gasto que, segundo ele, é irrisório, se comparado ao prejuízo bilionário provocado pela atual tragédia ambiental, principalmente para as atividades pesqueira e turística.

Outro problema apontado pelo engenheiro é a falta de um sistema de identificação e monitoramento de óleo. Na visão de Hassad, “a estrutura disponível atualmente nos permite atuar apenas de forma reativa, ou seja, sem minimizar o impacto ambiental”.

— Deveríamos investir em um sistema operacional de identificação e monitoramento do óleo enquanto ele ainda está no mar, para acompanharmos o vazamento e o trajetória de suas manchas. Desta forma, poderíamos alertar à população sobre os riscos provocados por cada episódio.

APRENDER COM OS ERROS

Além disso, aponta o pesquisador, os satélites utilizados para identificar a origem dos vazamentos são insuficientes para as investigações. Foram imagens desse tipo que ajudaram o governo a atribuir a responsabilidade pelo desastre no Nordeste ao navio grego Bouboulina. A Delta Tankers, dona da embarcação, nega envolvimento com a tragédia ambiental.

Regina Rodrigues, professora do Departamento de Oceanografia da UFSC, considera que, em uma eventual nova crise, o governo federal precisa evitar erros básicos vistos desde agosto. Entre eles, a decisão de manter os trabalhos em sigilo, sem convocar cientistas para a análise do material vazado no mar.

— Além disso, as imagens usadas não tinham a resolução adequada e pareciam mapear o lugar errado. Viam uma mancha, mas não sabiam se era de óleo. Era como um falso positivo.

A legislação ambiental também deixa o país mais vulnerável a desastres como o vazamento de óleo. Professor de Direito Ambiental da FGV no Rio, Rômulo Sampaio critica a estruturação do governo, onde as agências são mais independentes do que as autarquias simples, como o Ibama e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), cujo trabalho técnico e científico sofre intervenções de políticos.

— É um problema institucional, porque os gestores de agências são incentivados pelo mercado a assumir riscos. Gozam de uma autonomia que dificulta a atuação de órgãos ambientais, que também precisam lidar com constantes desmontes de sua estrutura, de acordo com as vontades do governo da vez.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 06/11/2019

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: União abre mão de ação especial

A Eletrobras será privatizada sem que o governo mantenha uma golden share, ação especial que dá direito a veto sobre determinadas decisões da companhia. A afirmação foi feita ontem pelo **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, antes de entregar, na Câmara dos Deputados, o projeto de lei sobre o tema, que foi assinado pelo presidente Jair Bolsonaro durante a cerimônia de comemoração de 300 dias de governo.

Entre os principais pontos do projeto estão a capitalização da Eletrobras e a revogação do dispositivo que excluiu a empresa do Plano Nacional de Desestatização (PND), para que possa ser privatizada. “A empresa vai se tornar uma corporação em que nenhum acionista terá mais que 10% de poder de voto. Inclusive a União, que provavelmente terá bem mais que 10% em ações, mas só 10% com poder de voto. Golden share está fora”, disse Albuquerque.

A privatização ocorrerá por meio de emissão de ações da companhia, com a diluição da participação do governo para menos de 50%. “Nossa expectativa é poder realizar essa capitalização no segundo semestre de 2020. Agora, depende da tramitação no Congresso”, destacou o ministro. Segundo ele, a ideia é que, com a privatização, a companhia volte a ter capacidade de investir.

Albuquerque lembrou que a Eletrobras não participa de leilões de energia desde 2014. “As contribuições da empresa no setor de geração, de 31%, e no de transmissão, de 47%, vão cair se não voltar a ter participação efetiva no mercado”, assinalou. “Se o mercado tiver bom apetite, a emissão de ações pode ser maior. E poderá haver uma segunda emissão num segundo momento”, ressaltou o ministro.

Descotização

Com a privatização, a Eletrobras terá de pagar R\$ 16,2 bilhões à União pela retirada de hidrelétricas do chamado regime de cotas. Criado em 2013, esse sistema estabeleceu que a energia produzida por uma parte das usinas da Eletrobras seria vendida aos consumidores a valores mais baixos, o que provocou alto endividamento da companhia. Com o fim do regime, a chamada descotização, a empresa poderá vender energia a preço de mercado.

A Eletrobras também terá de destinar R\$ 8 bilhões para reduzir subsídios da conta de luz, dinheiro que será aplicado na Conta de Desenvolvimento Energética (CDE). Outros R\$ 3,5 bilhões, pagos em parcelas de R\$ 350 milhões ao longo de 10 anos, vão para a revitalização do Rio São Francisco.

De acordo com João Carlos Mello, presidente da Thymos Energia, é razoável o governo não ter golden share na Eletrobras. “Se a capitalização der certo, a

empresa vai ter uma governança profissional que é exatamente o que o investidor quer. Se o projeto passar na Câmara como entrou, tem tudo para dar certo”, opinou. “Acho que não deve haver dificuldade de aprovação.”

Convencimento

Para a economista Elena Landau, ex-conselheira da Eletrobras, o governo levou 10 meses para apresentar o mesmo projeto da gestão Michel Temer. “Demorou todo esse tempo e não trouxe nenhuma novidade. Não aproveitou para discutir com a sociedade. Deveria ter gastado esse tempo para convencimento do Congresso”, avaliou.

Para Landau, a obrigação da Eletrobras pagar R\$ 8 bilhões para reduzir os subsídios da CDE é uma acomodação política. “Eu sou contra que o dinheiro vá para redução de tarifa. A Eletrobras perdeu muito dinheiro com a Medida Provisória nº 579 (que instituiu o regime de cotas). Foi um erro da ex-presidente Dilma. E agora ainda tem que abater CDE? Não tem sentido, só se for uma acomodação política”, assinalou. A especialista disse, ainda, que espera que o PL passe no Congresso. “As últimas pesquisas entre congressistas apontaram um cenário mais otimista. Mas, como tudo, vai depender da capacidade de articulação do governo”, ressaltou.

Governo já garantiu R\$ 70 bi em leilão

O governo já tem garantidos R\$ 70 bilhões dos R\$ 106 bilhões que estima arrecadar com o megaleilão do petróleo das áreas do pré-sal, que será realizado nesta quarta-feira, no Rio de Janeiro, a partir das 10h. Esses R\$ 70 bilhões vão ser pagos pela Petrobras, que exerceu seu direito de preferência em dois campos, Búzios e Itapu, dos quatro que serão leiloados

Em café da manhã com jornalistas, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, disse que a expectativa do governo para o megaleilão é a melhor possível. “Nos últimos 20 anos, em todas as licitações realizadas, foram arrecadados R\$ 62 bilhões. No leilão de amanhã (hoje), estão previstos R\$ 106,5 bilhões, R\$ 70 bilhões só da Petrobras. Ou seja, poderá ser arrecadado mais do que em todas as licitações feitas até hoje”, disse.

O chamado leilão da cessão onerosa vai ofertar o petróleo excedente que a Petrobras recebeu no processo de capitalização da empresa. Em 2010, a estatal ganhou o direito de explorar uma área de 5 bilhões de barris de petróleo no pré-sal em troca de repassar ações da companhia para a União. Contudo, após a exploração, ficou claro que a reserva pode render até 15 bilhões de barris. É essa diferença que irá a leilão.

Duas empresas que estavam habilitadas pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) desistiram de participar do leilão, a BP e a Total. Albuquerque afirmou que ambas se retiraram da concorrência porque tinham de apresentar garantias e não o fizeram. “Se, porventura, não forem leiloadas algumas das áreas, vamos fazer análises para que possa haver repactuação. Ou seja, vamos recalibrar os dados, para que essas áreas possam retornar em um novo leilão”, disse.

Para o governo, segundo o ministro, quanto mais concorrência, melhor. “Gostaria que tivesse bastante concorrência, o que significa ágio maior. Mas vamos esperar para ver”, disse. “No último leilão que fizemos, 50% das áreas não tiveram interessados, mas nem por isso a licitação deixou de ser um sucesso. Arrecadamos R\$ 8,9 bilhões; o que não foi arrematado nós vamos analisar para ver o que pode ser ajustado”, explicou. **(SK)**

MME / ASCOM .